



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



**ENCONTRO COM AS “VULNERABILIDADES”: UMA ETNOGRAFIA DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Dourados/MS

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

PAOLA AMORIM DE VARGAS QUINHONES

**ENCONTRO COM AS “VULNERABILIDADES”: UMA ETNOGRAFIA DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Antropologia, na área de concentração em Antropologia Sociocultural.

Orientador: Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira

Dourados/MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Q7e Quinhones, Paola Amorim De Vargas

ENCONTRO COM AS "VULNERABILIDADES": UMA ETNOGRAFIA DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL [recurso eletrônico] / Paola Amorim De Vargas Quinhones. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Esmael Alves de Oliveira .

Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Infâncias. 2. Vulnerabilidade. 3. Antropologia. 4. Políticas públicas. 5. Mato Grosso do Sul. I.
Oliveira, Esmael Alves De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

PAOLA AMORIM DE VARGAS QUINHONES

**ENCONTRO COM AS “VULNERABILIDADES”: UMA ETNOGRAFIA DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira (PPGAnt/UFGD) – presidente da banca

Profa. Dra. Mirella Alves de Brito (TRANSES-UFSC/UNISUL) – avaliadora externa

Profa. Dra. Silvana Jesus do Nascimento – avaliadora externa

DOURADOS – MS

2022

Para todas as crianças que conheci nesse caminho, e que me ensinaram a ter esperança em um dia melhor.

AGRADECIMENTOS

Foram mais de três longos anos de pesquisa atravessados pela maternidade e pela pandemia de Covid-19. Tempo esse que me permitiu amadurecer como pesquisadora e humana que sou. Por isso, agradeço a mim mesma, por ter conseguido chegar até aqui!

A Deus, pelas nossas conversas mais íntimas, onde me acolheu de forma cuidadosa e amorosa e me abençoou por todas as conquistas celebradas até hoje. Minha relação com Deus, que posso chamar aqui de espiritualidade é, sem dúvida, uma das forças mais potentes que me atravessam.

À possibilidade de encontrar, abraçar, ouvir e cuidar de alguma forma de todas as crianças que conheci nesse caminho. Agradeço por cada ensinamento e afeto que pude guardar comigo para sempre!

Às famílias indígenas que compartilharam comigo suas histórias, suas lutas e suas potências! Sem dúvida, cada família que encontrei me afetou de alguma maneira e as palavras seriam insuficientes para expressar aqui o sentido disso.

Ao meu marido, Dionatans que acreditou em mim quando eu mesma não conseguia, que me deu suporte e forças, mesmo estando cansado e sobrecarregado! Que me amou e me cuidou levando café, chás, doces e carinho quando estava no momento mais solitário da pesquisa, a escrita. Obrigada meu amor por tudo!

Aos meus filhos! Minha filha, Maya Helena, pela força que me deu, pois, seu amor transcendeu minha existência e quem sou, me transformou e transforma todos os dias! Mesmo com momentos difíceis que enfrentamos, juntas podemos aprender uma com a outra. Agradeço a meu filho, Nathan Augusto, que ainda no meu ventre, me transmitiu força para a reta final desse processo. Que com os hormônios me deixou mais piegas e afetiva! Amo vocês.

À minha mãe, Marli, que mesmo longe e não entendendo bem o que é um processo de mestrado e escrita, me apoiou e me deu suporte quando foi possível! Mulher de garra, que sozinha me criou e me ensinou a coisa mais importante, amar e cuidar!

Ao meu irmão, que com seu jeito sereno e discreto me apoiou nessa caminhada me ofereceu suporte e acreditou em mim! A mana ama você!

Ao meu orientador, Esmael, que não desistiu de mim e da minha pesquisa, respeitou meu tempo, me deu suporte e permitiu que as coisas se tornassem mais leves e

fluidas. Agradeço pela amizade e ensinamentos, sem dúvida não teria pessoa melhor para caminhar comigo até aqui!

Aos meus amigos, que me apoiaram e não deixaram de alguma forma eu desistir. Especialmente a minha maninha Ingrid, minha “feiosa” Joyce, minhas amigas Vanessa e Bianca, que me apoiaram diariamente mesmo distante me abraçaram e me fortaleceram. Agradeço também ao Lucas Bravo que com a matemática e racionalidade da vida me estimulou a continuar, agradeço ao Lucas Guimarães que mesmo sendo uma pessoa reservada, conseguiu de alguma forma me apoiar. Agradeço meu maninho Luiz, que mesmo por mensagens de texto me fazia rir quando queria chorar. Agradeço a minha amiga Lissa, que também está vivenciando essa caminhada, e juntas lamentamos e demos força uma a outra. Agradeço minha amiga Denise, mulher que me inspira, e com sua doçura e sensibilidade me deu o suporte que precisei!

A todos aos professores do Programa de Pós Graduação de Antropologia que conheci, me apresentaram a antropologia e compartilharam seus ensinamentos com amor.

A todos(as) os envolvidos(as) no Programa de Pós Graduação de Antropologia, que foram humanos e atenciosos com os alunos.

À CAPES que, junto com a UFGD, me possibilitaram a bolsa de estudo que viabilizou essa pesquisa.

E por fim... À todas as mães e mulheres que pude conhecer, me afetar e ouvir, cada história compartilhada que deve ser respeitada e reconhecida. Todo meu respeito e admiração por vocês!

Aviso Final

É preciso que haja alguma coisa
alimentando o meu povo;
uma vontade
uma certeza
uma qualquer esperança.

É preciso que alguma coisa atraia
a vida
ou tudo será posto de lado
e na procura da vida
a morte virá na frente
a abrirá caminhos.

É preciso que haja algum respeito,
ao menos um esboço
ou a dignidade humana se afirmará
a machadadas.

Torquato Neto

RESUMO

Essa pesquisa, de caráter qualitativo, teve como objetivo compreender, a partir do trabalho desenvolvido com os sujeitos que permeiam o espaço de uma entidade de acolhimento em Mato Grosso do Sul, o modo como a “vulnerabilidade” é interpretada e agenciada por diferentes sujeitos. Para tal análise, a etnografia se fez presente do início ao fim da pesquisa, permitindo a imersão no campo, a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos envolvidos na Instituição de Acolhimento, da análise dos documentos e processos judiciais, e da realização de uma oficina de capacitação. Compreender como se constitui as relações em torno das crianças “acolhidas”, possibilitou tanto o entendimento da configuração do campo das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em um contexto local quanto os limites e possibilidades da própria noção de vulnerabilidade. A partir das vivências, histórias, narrativas por mim experimentadas, percorremos as nuances e complexidades que enredam as estratégias de “proteção” dos “sujeitos vulneráveis”.

Palavras chaves: Infâncias, Vulnerabilidade, Antropologia, Políticas públicas, Mato Grosso do Sul.

RESUMEN

Esta investigación, de naturaleza cualitativa, tuvo como objetivo comprender, a partir del trabajo realizado con los sujetos que permean el espacio de una entidad de acogida en Mato Grosso do Sul, la forma en que la “vulnerabilidad” es interpretada y gestionada por diferentes sujetos. Para este análisis, la etnografía estuvo presente desde el inicio hasta el final de la investigación, lo que permitió la inmersión en el campo, a partir de las entrevistas realizadas a los sujetos involucrados en la Institución de Acogida, el análisis de documentos y procesos judiciales, y la celebración de un taller de formación. Comprender cómo se constituyen las relaciones en torno a los niños “acogidos”, permitió comprender tanto la configuración del campo de las políticas públicas dirigidas a la niñez y la adolescencia en un contexto local como los límites y posibilidades de la noción misma de vulnerabilidad. Desde las vivencias, relatos, narrativas vividas por mí, recorreremos los matices y complejidades que enmarañan las estrategias de “protección” de los “sujetos vulnerables”.

Palabras clave: Infancia, Vulnerabilidad, Antropología, Políticas públicas, Mato Grosso do Sul.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABA | Associação Brasileira de Antropologia |
| BDTD | Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CONANDA | Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CRAS | Centro de Referência em Assistência Social |
| CREAS | Centro Referência Especializado em Assistência Social |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| MPF | Ministério Público Estadual Ministério Público Federal |
| MS | Mato Grosso do Sul |
| NOFE | Núcleo de Orientação e fiscalização de Entidades de Acolhimento |
| PPGAnt | Programa de Pós Graduação em Antropologia Sociocultural |
| RN | Rio Grande do Norte |
| SC | Santa Catarina |
| UFGD | Universidade Federal da Grande Dourados |
| UNEI | Unidade Educacionais de Internação |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Mãe indígena com sua criança | 59 |
| Figura 2 – Mãe indígena com suas crianças em visita à instituição | 63 |
| Figura 3 – Visita técnica à Reserva Indígena | 64 |
| Figura 4 – Desenho produzido na oficina com as cuidadoras | 76 |
| Figura 5 – Criança indígena acolhida na instituição | 85 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Dados do documento oficial do NOFE, 2019 | 39 |
| Tabela 2 – Dados do documento oficial do NOFE, 2019 | 40 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO - ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS: O ENCONTRO COM AS “VULNERABILIDADES” ----- | 13 |
| 1. A “CASA” E SEUS DIFERENTES “CÔMODOS”: SITUANDO A PESQUISA --- | 23 |
| 1.1 A FACHADA: QUE INFÂNCIA É ESSA?----- | 26 |
| 1.2 PASSANDO PELO “PORTÃO”: UM PEQUENO BALANÇO ----- | 34 |
| 2. ENTRANDO NA SALA DE ESTAR ----- | 45 |
| 2.1. OS “MORADORES DA CASA” OU QUEM SÃO OS SUJEITOS DA INSTITUIÇÃO 50 | |
| 2.2 O NÃO-LUGAR 52 | |
| 2.3 CRIANÇAS INDÍGENAS ----- | 58 |
| 3. ACENDENDO A LUZ DO QUARTO ----- | 66 |
| 3.1 “MÃES” (DES)CUIDADAS ----- | 72 |
| 3.2 QUEM É RESPONSÁVEL POR ESSE SOFRIMENTO? ----- | 78 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- | 82 |
| REFERÊNCIA ----- | 85 |

INTRODUÇÃO - ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS: O ENCONTRO COM AS “VULNERABILIDADES”

“A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo, e nesse sentido uma história narrada pode significar o mundo com tanta ‘profundidade’ quanto um tratado de filosofia. Nós tomamos em nossas mãos o nosso destino, tornamo-nos responsáveis, pela reflexão, por nossa história, mas também graças a uma decisão em que empenhamos nossa vida, e nos dois casos trata-se de um ato violento que se verifica exercendo-se” (MERLEAU-PONTY, 1945/1994: p. 19)

A pesquisa é uma engenhosa construção de fenômenos analisados e estudados que nos possibilita contribuir para a produção de novos conhecimentos científicos. Portanto, ao pensar essa pesquisa me atentei em delinear quais eram meus principais objetivos, e para isso fiz algumas perguntas norteadoras, tais como, para quem estou escrevendo? Até onde o conhecimento acadêmico aqui apresentado chega? De qual forma minha pesquisa poderá contribuir para a comunidade em que estou inserida? Irá chegar para aquelas e aqueles a quem ela mais importa?

Essas perguntas me fizeram pensar e perceber que meu objetivo aqui não é apenas contribuir para o desenvolvimento de um conhecimento acadêmico, mas poder, através de uma minuciosa coleta de dados e diálogos com outros autores/autoras e pesquisas, tornar o conhecimento acessível para quem lê, pois, vindo de uma família onde a educação não era algo alcançável, e eu fazendo parte da primeira geração a conseguir terminar a educação básica e chegar no ensino superior, podendo transitar no mundo acadêmico, sei que esse universo pode se tornar intangível. Diante disso, como já dizia o Educador Paulo Freire a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 9), portanto não se trata apenas de escrever com palavras, mas de trazer sentido para aquilo que está sendo escrito, de forma que a leitura seja acessível para, pelo menos, meus próprios interlocutores/as de pesquisa, não é apenas questão de ética, mas de respeito à minha história e a defesa de um direito ao acesso ao conhecimento acadêmico.

A escolha por esse tema, acredito que se delineou desde a época que iniciei minha jornada acadêmica, em 2013, na graduação em psicologia. Ao longo do curso sempre me aproximei das questões sociais que envolviam a vulnerabilidade, essa compreendida por mim e pela experiência que construí até o momento, como uma situação na qual o sujeito se encontra em sofrimento, seja ele econômico, social ou emocional. Contudo, sei que o tema da vulnerabilidade não se esgota nessa compreensão, por isso, apresento algumas discussões

sobre esse conceito tão presente na nossa sociedade, e central para minha construção, para que se possa compreender que junto com tal fenômeno, também estão envolvidas instituições, tais como o Estado, a escola, a família, organizações filantrópicas, a comunidade, e inúmeros outros atores que possibilitam entender com mais profundidade a vulnerabilidade social e o que ela envolve.

Para conseguir encontrar esse rumo da pesquisa, passei por outros lugares que poderiam tematizar o sofrimento social, como o sofrimento de acadêmicos na graduação, mas isso não se sustentou ao longo do processo. Acredito eu que já tinha me encontrado antes, porém estava confusa e emaranhada em ansiedades e preocupações que levamos juntos com a vida acadêmica.

A partir de leituras e orientações, consegui significar melhor o que me chamava a atenção, e trazer à tona o meu objetivo, que se apresentou quando me envolvi com trabalho voluntário em uma instituição de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade, do Estado de Mato Grosso do Sul. Costumo dizer que nossas escolhas não são acidentais, mas sim intencionadas pelos nossos vividos, estes que carregamos e damos o nome de experiências que nos marcaram na vida. E foi assim, atravessada pela vulnerabilidade da perda de três gestações, me encontrei com esse lugar.

Ali pude ressignificar o sofrimento, olhar para ele e acolher os afetos e principalmente ser afetada pelas vulnerabilidades das crianças acolhidas e de suas famílias, que são acometidas por violências, restando apenas ao que chamo aqui de “cacos existenciais”, fazendo eco à obra de Jeanne Marie Gagnebin (2018), que ao analisar a obra de Walter Benjamin entendeu que pequenas histórias, fragmentos de memória, traços de uma vida são capazes de balizar o olhar para o futuro e compreensão do momento presente. Assim, por meio do que o Estado e a sociedade têm para viabilizar, esses cacos existenciais podem ser reordenados e ressignificados pelos indivíduos implicados nas suas próprias histórias. Foi esse contexto e sua potencialidade que me marcaram e fizeram eu tomar a compreensão da vulnerabilidade meu objeto de estudo.

Uma vez que toda as etapas dessa pesquisa foram pautadas em relações, logo essas são atravessadas por afetações. E é justamente tais afetações que Favret-Saada (2005), compreende como fundamental em nossos percursos de pesquisa etnográfica. Para a autora, deixar-se afetar permite ocupar lugares nas relações de campo, e alcançar dimensões de uma perspectiva que apenas como observador seria impossível, abrindo desta forma diálogos

desprovidos de intenções e formados por experiência de afetações espontâneas que dão abertura a fenômenos sociais fidedignos para análise.

Nesse lugar que foi realizado a pesquisa, que chamaremos aqui de campo de pesquisa, minha participação iniciou como voluntária de psicologia que acompanhava algumas vezes as crianças e suas famílias. Contudo, com o passar dos meses, meu papel na instituição foi ganhando outras formas. Com o trabalho que vinha realizando juntamente com a psicóloga da instituição, que já estava muito tempo ali, tive contatos com experiências e relatos que me ensinaram um pouco de como funcionava esse universo. Todavia, toda nova experiência provoca novas configurações, então a instituição pediu para que eu fosse mais que voluntária, e passasse a ocupar o lugar de psicóloga técnica da instituição.

No início fiquei aflita pois ali era meu campo de pesquisa, como faria? Isso iria interferir meu processo? Será que conseguiria ser ética e ao mesmo tempo conduzir essa pesquisa desde dentro da instituição, sem comprometer a qualidade e os resultados? Após algumas reflexões e estudos percebi que poderia sim conciliar as duas coisas, é claro com tensões e dificuldades que qualquer pesquisa também enfrenta.

Somando-se a essas dificuldades, ao longo de 2020 fomos surpreendidos pelos dilemas sociais, políticos e humanitários advindos da pandemia de Covid-19 à nível global. Ninguém imaginaria que um vírus descoberto em Wuhan, na China, pudesse ser tão letal e circular numa escala global. Foi assim que, pela gravidade da pandemia, várias cidades do Brasil, após a confirmação da alta taxa de mortalidade pelo vírus também em terras brasileiras, em meados de março de 2020 iniciaram as medidas de biossegurança, dentre elas o *lockdown*. Isso teve impacto direto sobre minha pesquisa já que a instituição na qual eu estava inserida, também teria suas atividades suspensas.

Tais dificuldades surgidas a partir do contexto da pandemia de Covid-19, foi alterando a configuração da instituição e conseqüentemente meu próprio trabalho de campo. Ou seja, o cenário etnográfico se tornou ainda mais complexo, pois inviabilizava a convivência, a observação e as entrevistas presenciais. Precisei, assim, redimensionar modos, tempo e recursos. Essas novas estratégias estarão presentes ao longo do texto nos próximos capítulos.

Ainda sobre esse contexto, além das dificuldades que permeavam a instituição, também acho necessário destacar aqui o modo como a pandemia me impactou como pesquisadora. Pois apesar de ter acesso a internet, e um certo conforto em minha casa, que me garantem um certo *status* privilegiado, ainda assim não fui privada das dificuldades (na

condição de mulher, precisei me desdobrar entre vários papéis: pesquisadora, profissional, esposa, mãe - o que nem sempre foi fácil).

A mais emblemática delas diz respeito a uma maternidade que se apresentou junto com a pandemia. Exatamente um mês depois do início do primeiro isolamento social, fui atravessada pelos dilemas inerentes à maternidade que não se dissiparam, mas que se apresentaram de formas diferentes, seja na falta de apoio, na impossibilidade de contar com o suporte da escola infantil, entre outras demandas que carrego por ser mulher em uma sociedade marcadas por estruturas machistas e patriarcais.

Outro fator relevante diz respeito à nova configuração familiar, que se apresentou. A presença constante de todos os membros da família no mesmo espaço, tendo que realizar trabalho *home office*, compartilhar o isolamento e o medo do contágio próprio e da família resultou em um desafio, por vezes quase insuperável, para a concretização dessa pesquisa.

Essas dificuldades advindas com a pandemia, além de exigir de mim como pessoa que tem diferentes papéis incluindo o de pesquisadora, me exigiu também no aspecto emocional, pois, a falta de tempo para cumprir todas as demandas diárias, resultou em um sentimento de improdutividade e culpa, fazendo muitas vezes, eu questionar a minha capacidade de continuar conduzindo essa pesquisa.

O que criou um ambiente de acolhimento e suporte para todos esses dilemas, foi a conscientização mútua produzida a partir da identificação das fragilidades minhas e de meu companheiro, que juntos buscamos estratégias para tentar contornar esse sofrimento, inclusive com a manifestação de pedidos de ajuda. Nessa condição não posso deixar de mencionar que meu orientador foi fundamental para redimensionar o trabalho e retomar a pesquisa dentro das novas possibilidades, ao fazer isso me propus a identificar o que seria possível realizar.

É claro que tudo isso influenciou no meu contato com os sujeitos que permeavam a instituição, pois nesse novo cenário por vezes me vi sozinha em minha sala, quando estava naquele espaço, tendo que evitar o contato físico com os demais sujeitos, que impossibilitou por vezes participar e observar a configuração do campo. Além, é claro, de que essa distância física também acarretou um certo distanciamento das relações.

Entendo que a pesquisa na antropologia, é caracterizada por Da Matta (1981), como a área que trabalha com fenômenos complexos, não havendo uma só teoria determinante, mas sim inúmeras variações que se dão por meio de construções de

documentos, observações e dos sujeitos e da própria percepção de quem está realizando a pesquisa. Processo esse que necessita de certo tempo, onde o pesquisador passe boa parte junto do universo investigado, realizando observação participante, que possibilita contato direto com os fenômenos investigados, por meio de entrevistas abertas, interação com o campo, para que possam emergir aspectos de uma cultura e de uma sociedade, que não se mostram logo de início (VELHO, 1981).

Nem tudo estava perdido, em meio a essas dificuldades pude encontrar caminhos que tranquilizaram minhas aflições. Fazer parte do quadro de funcionários da instituição, por um lado me possibilitou, mesmo diante do distanciamento, participar das dinâmicas ali construídas, me permitindo as condições empíricas necessárias para a observação e vivência de fenômenos importantes para minha pesquisa. Por outro lado, minha figura como psicóloga e pesquisadora de antropologia, trouxe certo desconforto para alguns dos sujeitos ali presentes, principalmente pessoas que já estavam ali mais de 10 anos e que ocupavam cargos de destaque dentro da hierarquia da instituição - o que se expressou em vários momentos por meio de falas como: *“Antropólogo é tudo igual, tudo para eles é da cultura”*. Tal queixa provém do fato da antropologia problematizar questões, para além de um olhar etnocêntrico, que envolve questões sociais, históricas, econômicas e políticas. Não que eu não tenha por vezes uma visão etnocêntrica, mas a antropologia e o próprio contexto da pesquisa me disponibilizam para uma problematização que é necessária para poder olhar, de maneira mais empática as questões sociais.

Gilberto Velho (1981), ao retomar em seu texto a ideia de familiar e exótico de Da Matta, recupera a distância como categoria de análise, o autor destaca que o pertencimento a certos grupos não garante que haja familiaridade, pois, o pesquisador pode identificar elementos no grupo ao qual pertence que aparecem como estranhos ou exóticos, da mesma forma identificar como próximos elementos de outros grupos ou culturas.

Tal distanciamento, explica o estranhamento que apareceu quando as duas dimensões da minha atuação no campo de pesquisa, produziram reações e me fizeram perceber que mesmo em temas familiares havia algo de exótico a ser apreciado. Isso indica que minha experiência de sujeito que pertence ao grupo pesquisado, também pode compor o quadro geral da pesquisa. Nesse sentido ao me apropriar da esfera da Antropologia sociocultural, diversas perspectivas podem ser articuladas evidenciando o que é próprio daquele grupo específico, sobre o qual a pesquisa fala e no qual eu também me incluo. Essa

dimensão desvela a importância de conduzir uma pesquisa como parte de um grupo, olhando o fenômeno desde dentro.

Ao ser convidada para atuar numa rede de acolhimento, percebi que tal inserção me possibilitaria compreender quais os modos pelos quais o fenômeno da vulnerabilidade de crianças em situação de acolhimento é compreendido e agenciado pelos sujeitos que enredam tal rede. Desta forma, haveria a possibilidade de compreender os modos que os profissionais atuantes na instituição pesquisada entendem o acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade; identificar quais os fatores que levaram as crianças serem acolhidas; analisar, a partir da instituição em tela, quais os possíveis impactos das políticas públicas na vida de algumas crianças e suas famílias.

Para tal exercício, o fazer antropológico é o fazer etnográfico, portanto, segundo Peirano (2014), não há como fazer antropologia sem pesquisa empírica, pois todos os acontecimentos, sejam eles os pequenos detalhes que eu como pesquisadora vivencio no campo, é material de análise, são fontes que se reconfiguram e criam constantemente.

De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira (1996), três etapas são fundamentais no exercício de um pesquisador ao investigar os fenômenos sociais e construir saberes, são eles: o “olhar, o ouvir e o escrever”. O primeiro movimento do pesquisador no campo é o olhar para o objeto investigado, nesse momento esse objeto no qual o pesquisador se atenta já está sendo alterado pelo próprio modo de olhar do/a pesquisador/a, esse que já concebe a realidade a partir de suas experiências e bagagens teóricas desenvolvidas na trajetória acadêmica. Diante desse olhar sensível é possível que o/a pesquisador/a capture os significados presentes em pequenos movimentos e relações sociais, dado a essa forma aprimorada de observação. Não por acaso afirma, Geertz:

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou, mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento (Geertz, 1989, p. 15).

Minhas preocupações iniciais foram tranquilizadas quando compreendi que minha imersão no campo de pesquisa, a partir de outros papeis, poderia ser uma ferramenta favorável ao desenvolvimento do trabalho, pois segundo Azize (2002), a importância do pesquisador na produção de um material etnográfico, antes era dado como preocupante em se envolver no campo e influenciar nos resultados da pesquisa. Contudo, essa ideia de que os resultados iriam ser puros se o/a pesquisador/a se anulasse, foi substituída pela grande

importância e necessidade de o/a pesquisador/a ser ativo em todo o processo. O olhar que o/a antropólogo/a tem sobre o fenômeno já possui em si todo significado de como este irá ser captado, a partir do modo como o pesquisador/a vê a realidade e o significa. Outro conceito mencionado pelo autor é a “distância psicológica” conceito esse que precisa ser confrontado no campo, que acontece quando o/a pesquisador/a é um nativo, ou seja, pertence aquela cultura e é o próprio sujeito pesquisado, que me caracteriza como pesquisadora pertencente ao campo pesquisado. Geertz (1989) diz ser importante reconhecer essa relação do momento da coleta de dados, onde o pesquisador está imerso no campo.

Dessa forma será o encontro com o outro, que nos permite elucidar dois universos simbólicos capazes de dialogarem. Entretanto esse modo de olhar não é possível se não complementado com “o ouvir”, a segunda etapa descrita por Oliveira (1996), e é nela que se concretiza toda percepção do pesquisador, pois é por meio das falas dos/as entrevistados/as que as vivências e o modo como esses sujeitos dão sentido e significados às suas experiências são acessados pela/o antropóloga/o. Deste modo, para compreender é preciso saber ouvir e não apenas fazer entrevistas vazias com a intenção de apenas obter respostas numa posição “neutra”, característica essa do objetivismo radical. Portanto, a percepção do/a pesquisador/a não tem como ser posta de lado, ela é uma ferramenta condutora para a descrição do que foi ouvido, visto e sentido.

Considerando o momento atual da pesquisa, pode-se afirmar que o processo da análise agora não é diferente do “estar lá” que, segundo Geertz, se caracteriza como a primeira etapa de uma investigação empírica, que é a própria situação de estar no campo implicado nas relações, e posterior a essa, viria a segunda etapa que é o “estando aqui”, que consiste no momento que o pesquisador se retira do campo procurando analisar todo material coletado, que se caracteriza por um processo de textualização dos fenômenos culturais e sociais observados (vistos e ouvidos) baseado em todo conhecimento teórico, essa etapa é compreendida por Oliveira como a terceira etapa da investigação: “O escrever”. Diferente das anotações realizadas quando presente no campo, agora é o momento de realizar toda interpretação dos dados obtidos, que não estão puros por conta dos inúmeros fatores que o permeiam, esses passados por uma “refração” e uma reflexão sistemática. Toda essa construção textual não está separada da capacidade de pensar, ambas andam juntas nessa e estão articuladas com o trabalho de campo realizado.

No que tange a esse processo etnográfico, que me permitiu a imersão e criação no campo, onde a partir de entrevistas semi-estruturadas e entrevistas abertas, relatos de

sujeitos que atuam na entidade de acolhimento, presenciar cotidianamente vivências e falas mais espontâneas carregadas de afetos e histórias dos sujeitos envolvidos. Para tanto, a imersão no campo desde o início foi essencial, a fim de compreender a dinâmica e proporcionar aproximação a partir de diálogos informais e convivência com o grupo. Outra forma que foi possível realizar essa pesquisa, foi através do acesso a documentos e processos judiciais sobre o acolhimento de crianças e adolescentes.

Para as entrevistas foram realizados convites aos sujeitos envolvidos com o campo institucional em tela. Não foi estabelecido um número específico de entrevistados/as – permaneci disponível aquelas/es que desejassem participar. As entrevistas se deram no tempo e na dinâmica oportunas ao campo e aos sujeitos, até que houvesse material suficiente para a compreensão do fenômeno analisado. Alguns fatores foram fundamentais para a organização da investigação e uma coleta de dados mais fidedigna, por exemplo, os sujeitos participantes deveriam atuar na rede proteção a mais de 6 meses e estarem em contato com as crianças e/ou famílias em situação de vulnerabilidade.

Para a pesquisa foi necessária uma organização das notas de campo, que foram continuamente descritas no diário de campo, instrumento fundamental em uma pesquisa de viés etnográfico. Nele pude realizar registros e tomar notas do que foi observado, impressões, rabiscar a planta da instituição, anotar trechos de falas e afetos presenciados, esse processo é importante, pois ele guarda todos os dados necessários que serviram e subsidiaram o trabalho pós campo. É através dos diários de campo que é possível ver os movimentos percorridos e seus sujeitos, até mesmo do próprio/a pesquisador/a, para posteriormente ser feita a análise dos dados (DALMOLIN; LOPES; VASCONCELLOS, 2002).

A partir do caderno de campo, as anotações ao longo da pesquisa, entendi que o material era suficiente para ser apresentado e discutido aqui, considerando o tempo e contexto disponível para análise, além da necessidade de manter a qualidade da pesquisa e aprofundamento do material.

Aos voluntários que estiveram de acordo a participar da pesquisa, foram assegurados os direitos de confiabilidade e sigilo no uso de informações e proteção à identidade dos participantes. Podendo esse sujeito voluntários (as) acessar todo material da pesquisa e inclusive desistir em qualquer fase desta.

No que se refere aos princípios éticos, segui as orientações do Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga de 2011/2012 da Associação Brasileira de Antropologia

(ABA), que dispõe sobre os direitos dos colaboradores da pesquisa e as responsabilidades de antropólogos e antropólogas. Espero que a pesquisa aqui apresentada possa contribuir com a compreensão sobre a “vulnerabilidade” de crianças acolhidas em instituições.

Para fins de organização e apresentação de minha pesquisa, a dissertação está dividida em três capítulos. Esses serão apresentados a partir da categoria “Casa”, usada por Da Matta (1987), quando estudou a sociedade brasileira a partir dessa categoria.

No primeiro capítulo, apresento a “fachada” da casa-instituição. Nele percorro o caminho que me levou até o campo de minha pesquisa, quais os fenômenos que me propunha a compreender ali. Portanto, entendi que a “vulnerabilidade” antes de significar uma condição ontológica, implicava na produção de sujeitos e processos de subjetivação atravessados por relações de poder. Sendo assim, me atentei em trazer questões históricas, para sustentar aqui essa pesquisa, e comecei desde a história da instituição pesquisada, que surgiu na década de 60, momento que ainda não havia se constituído os direitos da criança e adolescente, apenas existia o código de menores de 1927 e 1979, que tinha o objetivo de disciplinar a conduta. Entender esses períodos foi fundamental para compreender a constituição do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990, para tanto precisei também trazer a história da infância, norteadas por autores como De Mause (1991) e Ariès (1973).

No capítulo dois, cujo o título é “Entrando na sala de estar”, me atentei em apresentar os moradores dessa “casa”, os sujeitos que permeiam a instituição de acolhimento. Para isso, começo apresentando quais as vozes que falam, para posteriormente apresentar esses discursos e os blocos que ousei em dividir em dois momentos, “o não-lugar” e “crianças indígenas”.

Por fim, no terceiro capítulo, “Acendendo a luz do quarto”, faço a referência ao quarto como um lugar de intimidade, onde segredos podem ser compartilhados, e a intimidade se materializa. Nesse sentido trarei experiências vivenciadas com as mães das famílias atendidas de crianças acolhidas e, cuidadoras da instituição. Tais experiências serviram para colocar em análise a relação entre o feminino, maternidade, abandono e o cuidado. Como não poderia deixar de ser, para articular as questões em torno do feminino, também se fez necessário trazer uma reflexão sobre a relação entre Estado e gênero, para analisar os modos como o Estado atua vulnerabilizando a mulher, atravessando, portanto, a questão de gênero. Penso que aqui será possível identificar as (re)produções das

inúmeras violências e impasses que cercam as políticas públicas voltadas para o acolhimento de crianças no Brasil.

1. A “CASA” E SEUS DIFERENTES “CÔMODOS”: SITUANDO A PESQUISA

“[...] recebo o leitor nessa casa com todos os sentimentos. O primeiro diz, naturalmente, da hospitalidade com que espero acolher aqui quem vem procurar alguma coisa” (DA MATTA, 1997, p.5)

Uma casa é composta por muitos cômodos, cada cômodo com suas particularidades de ocupação. Mas reduzi-la apenas a uma dimensão física e/ou funcional, seria ignorar sua potência analítica. Nesses termos, enquanto categoria analítica, a casa já foi bem utilizada por antropólogos e antropólogas em diferentes momentos na história da antropologia para pensar a organização do mundo social, suas dinâmicas e complexidades (BOURDIEU, 1999; DA MATTA, 1985/1997).

Inspirando-me em tal categoria, busquei pensar os diferentes momentos pelos quais minha pesquisa se constituiu como uma grande casa à medida que os processos de interação se complexificavam, e eu era autorizada e convidada a ingressar em diferentes “cômodos”. Do “portão de entrada” até a “sala”, eu tateava no conhecimento da instituição. Nesse momento era apresentada à sua dinâmica “oficial”, aquilo que tem acesso todos os “estranhos” e não pertencentes ao espaço. Aos poucos, com o passar do tempo e à medida que minha identidade passava por uma metamorfose, de pesquisadora-estranha para o de psicóloga-funcionária, pude ter acesso aos “corredores”, “cozinha” até chegar aos espaços mais “proibidos” aos que são de “fora”: os quartos. Nos diferentes cômodos diferentes descobertas, encontros, dilemas e relações. É à esta jornada pelos diferentes espaços-vivências que convido a participação do/a leitor/a.

De acordo com Roberto Da Matta (1987), antes de entrar na casa, algumas regras cerimoniais são adotadas quando se recebe alguém. Tais regras servem para tornar um “estranho”, visita. Assim, ao recebê-lo, caro/a leitor/a, preciso lhe dizer que, por compromisso ético, não irei revelar o nome da instituição e dos sujeitos envolvidos nela, não repare!

No início minha intenção era realizar um trabalho antropológico com as crianças como interlocutoras. Contudo, assim como Nascimento (2013) em sua pesquisa com crianças em acolhimento, percebi as dificuldades em viabilizar isso, pois o acesso às crianças institucionalizadas é bastante delicado, considerando que estão tuteladas pelo Estado, logo se impõem uma série de limites judiciais para o acesso às mesmas. Por vezes me questioneei sobre para quem e para que se voltam essas burocracias? Seria um modo de proteção, ou de

alguma forma, um meio de abafar algo? Se é uma forma de proteger, me questiono, proteger o que? Das situações de vulnerabilizantes em que se encontram? Pensando nesses questionamentos, entendo que nem todos encontrarão uma resposta, contudo propô-los é fundamental para vislumbrar elementos do acolhimento que permitam um olhar crítico para os contextos que o tornam necessário.

Por outro lado, como psicóloga, entendo que ao falar com as crianças sobre sua vida e história carregada de sofrimento, necessito ter cuidado, tempo e manejo, para que não haja ainda mais sofrimento. Essa estratégia exigiria muito contato pessoal, o que se inviabilizou também devido a pandemia de Covid-19. Sendo assim, me atentei ouvir os sujeitos que permeiam a entidade, e lidam com as crianças diariamente, e que estão em constante relação entre si.

Da Matta (1997) usa a casa e a rua como categorias analíticas, pois, segundo ele, esses espaços não se esgotam nos limites geográficos, mas se configuram como formas de interação, produção de valores e dinâmica social aos quais se vai sendo convidado/a a conhecer e se familiarizar. Portanto, é importante entender a casa não como um espaço fixo e com cômodos isolados, mas que se reconfiguram a todo instante e que estão interligadas entre si. Levando isso em consideração vamos olhar a instituição em tela, como uma grande casa, desde sua fachada até os quartos.

Então comecemos pelo mais visível e público, a fachada. Aqui chamaremos de fachada a história de fundação da instituição, que está implicada com a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹ na década de 1990, o que implica em elucidar o que é acolhimento e quais foram as suas mudanças mais significativas.

Meu primeiro contato com a instituição foi pela internet em 2019, busquei no *google* instituições não governamentais que atendiam crianças vulnerabilizadas na região, lembrando que pensar o fenômeno da vulnerabilidade de crianças em situação de acolhimento, é pensar no meio social no qual esse sujeito foi constituído e as instituições que o permeiam, sejam elas, da família, do estado, da escola, comunidade, e entre inúmeras outras.

O conceito de vulnerabilidade social aqui articulado, alinha-se com aquele produzido pela UNESCO, no âmbito da Comissão econômica para América Latina e Caribe

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente foi um marco nos processos de desenvolvimento e consolidação de políticas de proteção da criança e do adolescente, para que essas tenham seus direitos efetivados. Considerando a importância desse Estatuto, irei mais adiante evidenciar como ela são efetivadas.

e trabalhado por Castro e Abromovay (2004). Vignoli (2001), Arriagada (2001), Filgueira (2001), propõem que a vulnerabilidade social implica em várias unidades de análise – indivíduo, domicílio e comunidades – bem como, diferentes contextos e cenários. Demanda, portanto, diferentemente do conceito de exclusão, olhares para múltiplos planos, e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de estados de vulnerabilidades.

Contudo, Castro e Abromovay (2004) destacam que esse conceito parte muitas vezes de certa passividade do sujeito frente às diversas situações que implicam na constituição de situações vulnerabilizantes, de forma que a análise aqui proposta visa sair de uma lógica estática para propor um olhar integral para o tema das vulnerabilidades sociais, destacando, sobretudo, a diversidade de situações e de sentidos que se descortinam para diferentes grupos, famílias e comunidades que se baseiam em numa remodelação das relações sociais e processos contemporâneos, onde a subjetividade aparece de forma criativa na dinâmica de enfrentamento a situações difíceis e controversas e não apenas estática e passiva.

O termo vulnerabilidade aparece em diversas áreas disciplinares e, muitas vezes, acaba sendo articulado a uma compreensão de fragilidade do indivíduo, isolando-o de seu contexto e tornando-o responsável pela situação que se encontra. Para Kowarick (2009), a vulnerabilidade significa que o sujeito se encontra desassistido de seus direitos. Isso pode ocorrer por desigualdades sociais que refletem na falta de moradia ou na dificuldade em ter acesso a um serviço de saúde, assistencial ou educacional. Também pode se observar situações associadas a questões trabalhistas, que implicam no acesso a fontes de renda ou em situações de exploração de mão de obras e/ou alienadas de seus direitos de trabalho, entre outras situações que colocam esse sujeito à mercê da falta de garantia de seus direitos e de acesso a condições de vida de acordo com seu contexto sociocultural. Ainda a respeito desse conceito, segundo Ayres (2003), a vulnerabilidade é a situação onde a população encontra-se politicamente desamparadas na garantia da cidadania, onde esse sujeito encontra-se vulnerabilizados pelas condições materiais, psicológicas, culturais, morais, jurídicas e políticas (SEVALHO, 2018). Portanto, seguindo a argumentação dos autores aqui articulados posso, então, admitir que não existem populações vulneráveis e sim vulnerabilizadas por políticas ou pela falta delas.

Partindo dessa compreensão que as populações vulneráveis são na verdade sujeitos vulnerabilizados pelo Estado, esta dissertação se aproxima daquilo que Butler

(2015), chamou de “vida precária”, fazendo menção a uma vida que pode ser “enquadrada” como a moldura de um quadro, por instituições sociais (escolas, religião, dispositivos jurídicos, entre outros), a fim de controlar os corpos por meio de estratégias disciplinares a fim de estabelecer quais vidas importam. Dessa forma, percebe-se que Butler dialoga com o pensamento foucaultiano, onde a biopolítica aparece como forma de produzir certos tipos de vida em detrimento daquelas que não interessam, as tornando vulnerabilizadas. Butler abre, com esse pensamento, uma dimensão ético-fenomenológica que aponta na direção da alteridade, aqui entendida enquanto condição de diferença, indicando que as vidas abandonadas pelo Estado carecem de cuidado e acolhimento, porém, cuidado esse que deve ser realizado a partir do contexto e das necessidades dos sujeitos vulnerabilizados, e não da imposição de um governo sobre a vida.

A partir dessa compreensão me aproximei mais da instituição em análise, como forma de tentar compreender o modo como o acolhimento está sendo produzido e assim espero contribuir, desde da psicologia e da antropologia, com uma visão crítica que aponte, a partir de interlocutores/as, a possibilidade da produção de um lugar de acolhimento, pautado no respeito a diversidade como forma de valorização da alteridade.

1.1 A FACHADA: QUE INFÂNCIA É ESSA?

“Sou hoje um caçador de achadouros da infância. Vou meio dementado e enxada às costas cavar no meu quintal vestígios dos meninos que fomos”
(MANOEL DE BARROS, 2003)

A fachada que se apresentou nas buscas iniciais online, foi de uma instituição de acolhimento de crianças, fundada na década de 60, momento histórico no qual a criança ainda não era vista como sujeito de direitos, pois o ECA foi inaugurado apenas em 1990. Antes desse período havia o código de menores de 1927 e 1979, que tinham como finalidade a disciplinar menores. O contexto no qual surgiu a Instituição pesquisada, foi motivada pelo aumento da urbanização da cidade onde ela está localizada, e seu objetivo era de acolher menores “abandonados” por suas famílias, pois segundo a história da instituição, havia muitas famílias em situação de pobreza em que ocorria violência e abandono das crianças. A partir desse dado, me ocupei em entender a infância e como foi constituída a lei de proteção às crianças e adolescentes nesse período, pois voltando a história e olhando esse processo podemos vislumbrar os elementos que norteiam a instituição hoje.

Segundo Nascimento, Brancher e Oliveira (2008), pesquisas envolvendo crianças são recentes, elas demoraram a serem consideradas como sujeitos histórico e de direitos, ficando invisíveis para o adulto ao longo do tempo. Ainda que a ideia de invisibilidade possa ser posta em pauta, pois, crianças e adolescentes sempre tiveram seus lugares mesmo que esses não sejam reconhecidos, os autores apontam para uma dimensão que não pode ser completamente ignorada a saber, os direitos de crianças e adolescentes não eram sequer admitidos. Somente em meados da década de 60, nos Estados Unidos e na França, que as pesquisas começaram a aparecer para entender o fenômeno da infância, com o livro de Ariès sobre a *História social da infância e da família* (1973) e texto de Mause *A evolução da infância* (1991).

Para De Mause (1991) e Ariès (1973), os estágios da vida não eram valorizados, portanto, a infância é um fenômeno histórico e não natural, e o que hoje compreendemos como infância era inexistente até o século XVII.

Na Idade Média, adultos, jovens e crianças, frequentavam os mesmos lugares, e eram expostos a violências muito cedo. Pois não havia sentimento de infância. E foi durante o século XVII, que começou a se pensar nas ditas “Idades da Vida”, que correspondiam 6 fases: primeiro, a idade que equivalia entre o nascimento até por volta dos 7 anos, a segunda idade de 7 a 14 anos, a terceira de 14 a 21 anos. Sendo essas 3 primeiras fases não valorizadas pela sociedade da época. Somente eram reconhecidas socialmente a partir da quarta idade, considera a juventude que era por volta dos 21 a 45 anos. Já a quinta idade, eram sujeitos que não eram considerados idosos, mas já haviam passado da fase da juventude. A velhice era a partir dos 60 anos em diante (ARIÈS, 1973). Essa tese marca o início das discussões em torno da infância e das fases da vida.

Portanto, foi a partir do século XVII, com a consolidação da modernidade, que surge a primeira concepção de infância, essa vista apenas em sua dimensão biológica e “irracional”, que se deu a partir da visão dos adultos sobre a dependência da criança pequena, sempre relacionada à fragilidade. Por isso essa fase era considerada uma etapa de proteção e disciplina e somente quando saísse da relação de dependência deixava de ser criança para se tornarem adultos socialmente aceitos (LEVIN, 1997).

Mudanças não param de acontecer para conceber a infância, com o advento da industrialização, onde famílias grandes que viviam de produções agrárias, passam a viver em pequenos grupos nas cidades, em busca de trabalho. A criança já não vive mais com

muitas gerações, como costumava viver na vida no campo, ocorrendo mudanças na estrutura familiar que corroboram para a concepção da infância.

Nesse período, o desenvolvimento da infância era visto apenas nas idealizações intelectuais e emocionais, ficando de lado as relações entre o ser corporal e sua espacialidade e temporalidade, isso significa que pensar a infância é importante problematizar as noções que orientam a compreensão da vida social. Tais noções sustentam uma universalização da vida humana, que despreza o sujeito real, corpóreo e contextual em troca de um sujeito idealizado e cristalizado. Isso me permite problematizar que quando falamos de infância, não podemos generalizar, como foi feito e ainda é, mas trazer a infância e seu contexto histórico, cultural e social, nos permite vislumbrar de que criança está sendo pensado e falado.

Segundo Bulhões (2018), a desigualdade social de crianças é antiga na história da humanidade, onde crianças privilegiadas eram educadas por meio de música e fábulas na Grécia antiga, um mundo de fantasia e riqueza, já do outro lado a realidade era bem diferente, onde filhos de escravos sofriam e tinham a infância roubada em favor de seus senhores que dominavam seus corpos. Outra forma de violentar a infância era na antiga Esparta, onde crianças do sexo masculino, viviam desde cedo condutas militares com o propósito de tornar guerreiros. A noção de infância na Europa foi introduzida a partir de transformações na ordem sociopolítica, pois, a mão de obra infantil era o meio de algumas famílias conseguirem sobreviver na produção de alimentos na vida rural.

Já no Brasil, com a vinda dos portugueses, em meados do século XVIII, o conceito de infância era determinado não somente pela classe social, mas pela diversidade étnica presente na população. O modo como as crianças eram vistas e tratadas dependia de sua raça/etnia, se essas eram escravas/negras, indígenas ou brancas. Nessa época colonial, ainda segundo Bulhões (2018), crianças negras eram doadas a instituições de caridade, pois o seu trabalho escravo não rendia lucros aos senhores, que preferiam comprar escravos negros adultos. Já as crianças indígenas eram vistas como não civilizadas, por isso a violência desencadeada nessa fase de suas vidas por meio de imposições culturais e religiosas afim de civilizar ao ponto de serem útil para o trabalho.

A violência permeava também a vida de crianças brancas, podendo ser de duas formas que se impunham conforme sua classe social. Crianças brancas e ricas, vindas de famílias estruturadas economicamente, eram submetidas desde muito novas a sustentar a classe social de suas famílias, além de serem incentivadas a agir com violências. De outro

lado, crianças brancas advindas de famílias pobres e ditas “desestruturadas”², pois não se enquadravam no modelo de família social delimitada. Essas aguardavam a vida de trabalho quase escravo para sobreviverem. Às mulheres restavam duas alternativas: a mais comum era o casamento precoce com um “bom” homem, que significaria que essas teriam um dono para lhe “proteger” e submeter, em troca estaria menos exposta a explorações sexuais por quem quer que seja, incluindo a própria família. A outra alternativa, e mais difícil, era de uma família rica “estruturada”, onde poderia viver na casa realizando serviços domésticos, e em troca ter onde dormir e comer, todavia também estavam expostas a explorações sexuais por seus senhores. Percebe-se que não havia saída contra os abusos sexuais, pois a sexualidade de crianças pobres era precocemente explorada e, desse modo, estavam em constante ameaça de sofrerem algum tipo de violência (SOUZA, 2009).

Diante de tanta pobreza e miséria que as famílias viviam, criar um filho não era uma tarefa fácil, além do moralismo presente, onde mães solteiras, crianças que nasceram com alguma anomalia genética, filhos frutos de adultério e exploração sexual, eram rejeitados pela sociedade, não tinham lugar para viver, deixados à mercê da própria sorte, pois não gozavam do status necessário para serem considerados na vida social. Portanto, eram postos numa condição de “impossibilidade”, suas vidas eram despidas de qualquer humanidade possível e seus corpos deixados a própria morte. Tal como nos provoca Agambem (2002), com o seu conceito de vida nua. Para esses sujeitos só restavam as instituições religiosas de caridade que em última instância lhes assistiam a morte social ou física.

É nesse período, em meados do século XVIII, segundo Marcilio (2003), que foi criado a roda dos expostos. Que consistia em cilindros anexados em muros de hospitais e instituições religiosas (como conventos), para que os pais pudessem deixar seus filhos de forma sigilosa e “segura”. Esses bebês eram entregues para essas entidades, quando sobreviviam, pois, segundo Rizzini (1995), o índice de mortalidade das Casas de Expostos no Brasil girava em torno de 70% a 90%, o que se justifica pelo exercício de cuidados precários, pois não havia renda nem financiamento para sua manutenção. Além dessas instituições corroborarem para o trabalho infantil, educando essas crianças a exercer o trabalho que futuramente seria aproveitado pelo serviço do Estado ou trabalho doméstico nas casas de outras famílias.

² Coloquei essa palavra entre aspas, a fim de indicar uma diferença em relação as compreensões sedimentadas de família normal e estruturada.

Ao retomar essa trajetória, percebe-se o quanto a infância foi marcada por violências, quase sempre relacionadas à exploração sexual e/ou econômica. E com o passar dos anos, no final do século XVIII e início do século XIX, período esse marcado pelo impulso do capitalismo, a infância ainda era confusa e sofria novas formas de crueldade. As desigualdades sociais eram cada vez maiores, com isso o trabalho infantil e crianças em situação de rua era intenso, além do acesso à educação ser para poucos.

No Brasil, com o advento da Proclamação da República (1889-1930), houve um aumento da indústria em decorrência da expansão capitalista. Consequentemente a busca por mão de obra que submetia homens, mulheres e crianças a condições precárias de trabalho, em nome da economia, levando à revolta da população atingida a se manifestarem por meio de greves, pois o aumento das desigualdades sociais e violências só crescia. Todavia o estado precisava reprimir e controlar esses corpos que não seguiam a ordem almejada, e a alternativa para essa medida se deu por meio da expansão de instituições disciplinares, como: hospícios, reformatórios e escolas. Período esse que ficou conhecido como movimento “higienista”, onde a burguesia implantou medidas sanitárias, médicas, jurídico-policiais e educacionais rígidas, afim de “adestrar” e “higienizar” a população minoritária, impulsionados pelo anseio do progresso da nação espelhada na Europa (PATTO, 1996 apud PATTO, 2004).

Esse momento foi analisado por Foucault (1999), que compreende um contexto no qual a forma de governar e controlar, foi chamada por ele como “Sociedade Disciplinar”, onde os sujeitos passam a ser vigiados e enquadrados socialmente por instituições, que utilizava dessa disciplina, com a finalidade de discipliná-los, mediante uma política de governo da vida.

Recorrer a Foucault (1999) é indispensável quando se trata de relações de poder, em suas obras destaca três tecnologias de poder vivenciadas pela nossa sociedade. A primeira exemplificada na sociedade medieval no período feudal onde o soberano exercia extrema violência de punição em público, um verdadeiro espetáculo de tortura sobre os corpos mais vulneráveis. A segunda tecnologia, é possível visualizar no século XVIII, onde a disciplina e vigilância se tornaram técnicas utilizadas na maioria das vezes por instituições com a intenção de normalizar, enquadrar e disciplinar o sujeito no social. A terceira e última, denominada pelo autor de biopoder, esse presente na contemporaneidade, onde surgiu em meados do século XIX, quando o valor da vida passa a ser administrado e governado pelo Estado, pela via da cientificidade, economia e saberes mensuráveis da vida tais como saberes

estatísticos e geográficos. Não estariam as políticas destinadas a crianças e adolescentes submetidas a esta genealogia disciplinar-biopolítica?

De acordo com alguns autores, as técnicas implementadas de disciplina eram chamadas pelas vozes de educadores, médicos e judiciário daquela época, como medidas preventivas, que eles diziam terem como principal público as crianças. Levando a pesquisadores implantar essas medidas na área da saúde, educação e mudanças nas legislações e a constituição específica de uma legislação para “menores”, na necessidade de educar e disciplinar (PATTO, 2004).

Foi então que em 12 de outubro de 1927, constitui-se o decreto nº 17.943, que denominava como a primeira lei de assistência e proteção a menores no Brasil. Já em 1960 foram criadas as primeiras políticas para crianças e adolescentes, contudo essas ainda estavam voltadas para higienização em defesa de uma ordem social.

Foi somente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 (popularmente conhecida como Constituição Cidadã), é que se começou a pensar reconhecimentos de direitos da infância e juventude, sendo sancionado em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA determinou direitos e garantias fundamentais às crianças e adolescentes. Com essa legislação, são criadas também instâncias de fiscalização que fazem o controle da efetividade nas políticas públicas, como o atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos³, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que tem o papel de promover a defesa dos direitos dessas. Além de órgãos como os Conselhos Tutelares, que articulados tem obrigação de zelar por esses direitos. (BULHOES, 2018). É preciso dizer que, desde a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, as políticas sociais no Brasil têm sofrido grande impacto seja por meio do desmantelamento das mesmas seja pela falta de investimentos econômicos por parte do governo federal. No que tange especificamente ao direito de crianças e adolescentes, a política adotada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado pela ministra evangélica Damares Alves, tem sido de deliberada desassistência e omissão – vale lembrar a polêmica em torno da negação da distribuição de absorventes às meninas pobres.⁴

³ Que substituiu a Secretaria Especial de Direitos Humanos, em governos anteriores” (GONZÁLEZ, 2010).

⁴ Cf. <https://www.poder360.com.br/brasil/prioridade-e-vacina-ou-absorvente-diz-damares-ao-defender-veto-de-bolsonaro/>

Percebe-se que pela nossa história, a defesa da criação de instituições voltadas a menores surgiu com o intuito de “higienizar” a sociedade a fim de que as crianças (sobretudo, pobres) não se tornassem “delinquentes”, “abandonadas” e “anormais” (PATTO, 2004). É importante ressaltar que tal normalidade idealizada era (e ainda o é) produto de uma sociedade economicamente desigual, onde as políticas públicas muitas vezes atuam de forma isoladas, sem se ocupar dos reais problemas sociais que estão na gênese da vulnerabilização das crianças e adolescentes.

No início do século XX a filantropia aparece como uma nova cara da caridade, com o mesmo objetivo, ou seja, suprir a ausência de políticas efetivas do Estado. Isso já é um sinal de que a negligência do Estado em determinadas instâncias da vida social é o principal fator de vulnerabilização dos sujeitos e precarização da vida.

Revisitando essa história, num primeiro momento quase é possível acreditar que tais violências foram superadas pelo avanço tecnológico e pelos processos de urbanização, contudo quando se olha mais de perto o que se percebe é que houve uma metamorfose das maneiras como a violência é apresentada e como as crianças e adolescentes são tomados pelo processo de cuidado na sociedade contemporânea. O que significa dizer que mesmo com o advento da filantropia e das leis de proteção à infância, a violência e a usurpação dos corpos infantis está longe de ser superada. Seja nas margens das ruas, nas escolas, nas instituições ou nas relações interpessoais.

Isso se confirma pelo tempo que trabalhei com crianças vulnerabilizadas, onde pude perceber que por mais que na história houvessem muitas conquistas de direitos para crianças e adolescentes, existem ainda muitas compreensões de que elas têm muita regalia, privilégios e liberdade excessiva. Diante dessas falas e com as pesquisas que foram realizadas nesse âmbito como a tese de Mirella Brito (2014), as dissertações de Nascimento (2013), Bálamo (2005), Khattar (2019), entre outras que trago ao longo desta pesquisa, me permite questionar os limites das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no país. Ainda que seja possível admitir que as instituições mudaram e continuam em transformações ao longo dos anos, na tentativa de se desvencilhar desses fenômenos.

Não por acaso o termo abrigo, ainda muito popularizado, expressa uma forma de atenção à criança e ao adolescente que se baseia na ruptura com os vínculos familiares motivada, basicamente, por falta de condições econômicas, e assim crianças e adolescentes são retiradas de suas famílias por decisão unilateral dos conselhos tutelares ou do órgão judiciário, podendo essas permanecerem por longos períodos nos abrigos. Essa estratégia

não dava conta do que estava estabelecido na Constituição Federal, onde se prevê que toda criança e adolescente tem direito a convivência familiar, segundo o art. 227 onde se lê:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988) (Constituição Federal Brasileira de 1988, título VIII, Capítulo VII, Artigo 227).

A fim de dar garantias de cumprimento desse artigo, foi promulgada a Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, “Lei Nacional de Adoção”, que representou a primeira reformulação do ECA, promovendo mudanças significativas nas políticas de proteção à infância e adolescência, sendo uma delas a alteração que me interessa nesse momento, a mudança do termo “abrigo” para “acolhimento”, que longe de ser apenas uma mudança conceitual promoveu mudanças profundas nas estratégias de acolhimento permanência e acompanhamento de crianças e adolescentes e seus familiares.

A característica primordial do acolhimento é a atenção a crianças e adolescentes que estejam em situação de risco e que não possam manter, ainda que momentaneamente, a convivência familiar. Contudo tal atenção não pode afastá-las dos vínculos familiares constituídos, exigindo da instituição acolhedora acompanhamento da família de origem, bem como a oferta de vínculos familiares substitutos que não tem o objetivo de substituir a família de origem, mas garantir que os acolhidos possam desfrutar de um seio familiar durante o tempo do acolhimento, que agora, com a promulgação da lei, não pode ser longo (CASSANHA; GARCIA, 2013).

Existem diferentes modalidades de serviço de acolhimento, de acordo com o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006)*. O Plano adotou termo Acolhimento Institucional para designar entidades que atendem crianças e adolescentes em medida protetiva que foram afastadas de suas famílias, podendo ser oferecido em formato: institucional, Casa Lar e Casa de Passagem. Além do Programa de Famílias Acolhedoras, que é uma modalidade mais recente de acolhimento, que funciona a partir de famílias da sociedade que se cadastram para acolherem pequenos grupos de crianças/adolescentes. Independente da modalidade de atendimento, todas devem atender aos pressupostos do ECA.

Mas quem são os sujeitos que compõem esses cenários de “acolhimento”? Afinal de contas, quem acolhe e quem é “acolhido/a”? É o que iremos acessar no próximo “cômodo” ao apresentar um pequeno balanço sobre os principais estudos sobre crianças e adolescentes abrigados.

1.2 PASSANDO PELO “PORTÃO”: UM PEQUENO BALANÇO

Antes de entrar na casa, me propus buscar pesquisas sobre o tema, para isso utilizei de alguns meios. Primeiro busquei na plataforma Scielo publicações no Brasil, na língua portuguesa, no período de 2015 a 2021, nas áreas das ciências humanas e sociais. Para a busca nesta plataforma foram aplicadas as seguintes palavras chaves: criança, vulnerabilidade e acolhimento; criança e acolhimento; criança e vulnerabilidade. Contudo não foram encontradas nenhuma publicação. Diante disso, reduzi somente com a palavra-chave criança, resultando em 13 publicações, dessas nenhuma aborda especificamente criança em acolhimento, apenas citam em algum ponto do texto a infância.

Já na plataforma periódicos CAPES, aplicando os mesmos critérios para busca, porém utilizando apenas as palavras chaves: criança e acolhimento, foram encontrados 251 resultados, a fim de identificar adequação dos materiais a pesquisa na área da antropologia, realizei a leitura dos resumos, identificando assim 4 artigos que se apresentaram como mais relevantes.

O artigo de Claudia Fonseca (2019), intitulado (Re)descobrimo a adoção no Brasil trinta anos depois do Estatuto da criança e do Adolescente, aponta a partir de uma pesquisa realizada em Porto Alegre, a complexidade em torno da adoção, acompanhado com a proclamação do ECA (2010), chamada de Lei da adoção, onde um de seus princípios é a política da convivência familiar, em prol a criança, priorizando a família de origem e quando essa não é possível a adoção é uma das alternativas. Tais ações tem como objetivo garantir o melhor à criança e ao adolescente. Porém, de acordo com a pesquisadora, nem sempre o que preconiza o ECA é o que acontece na prática. Diante disso, a autora traz sua preocupação em torno dos trabalhos desenvolvidos em instituições de acolhimento.

Pois segundo Fonseca, instituições de acolhimento apresentam inúmeros problemas, pois em sua maioria, não seguem o trabalho preconizado no ECA – não por acaso, ao longo de sua pesquisa, detectou várias práticas violadoras de direitos. Uma delas é como essas instituições acabam por seguir pela via da adoção como forma mais fácil de inserir a criança em uma família, eximindo de alguma forma a responsabilidade, já que a

reintegração familiar seria mais trabalhosa, pois exige intervenções com a família, requer mais atenção, cuidado de toda equipe envolvida, políticas públicas eficazes e como também chamam a atenção da mídia. Já adoção é mais fácil pois o envolvimento segue na instância jurídica de outra equipe, além de haver uma idealização de um determinado modelo familiar, aquela família em que o pai trabalha a mãe tem o tempo de ficar em casa se dedicando a educação do filho e afazeres domésticos, e possuem boas condições financeiras. Diferente de famílias oriundas de situação de pobreza, que vai contramão com esse modelo pequeno-burguês.

No âmbito dessa pesquisa, me ocorreram alguns casos de crianças indígenas acolhidas, onde essas já se encontram aptas para adoção. Todavia, as famílias indígenas em sua maior parte não correspondem as ideias dos agentes públicos e da sociedade em geral – não indígena, pois segundo a avaliação técnica não possui condições para criar essa criança. Em um caso específico de duas irmãs indígenas, uma de aproximadamente 3 anos e outra de 5 anos. Ambas estavam aguardando adoção, e a equipe da Funai indicou uma família, composta por uma mulher solteira, que já havia criado seus filhos, residia na reserva indígena, e com a percepção de um salário mínimo. A mesma procurou a equipe técnica verbalizando seu desejo. Naquele momento eu estava no começo de minha atuação no campo e não tinha conhecimento de todos os casos, muitas das vezes era privada disso. Diante disso, ouvi e coletei informações da mesma e a instruí que iria falar com a equipe técnica, para podermos seguir no caso. Em outro momento comuniquei a equipe que permaneceu indiferente, entendi que seria verificado a situação jurídica do caso. A mulher voltou novamente para obter respostas, logo comuniquei a equipe que informou que as crianças estavam em processo de adoção com um casal branco de classe alta, inclusive ambos já deram início a aproximação com as crianças. Eu sendo leiga na situação, entendi que estava tudo seguindo a ordem, porém, tempo depois após entender as leis da adoção, compreendi naquele momento que foi uma opção da equipe técnica da instituição juntamente com a equipe técnica da vara da infância, que optaram por uma família branca.

Como percebe-se a família é de grande foco quando se trata de crianças em situação de acolhimento, famílias essas que apresentam diferentes formas culturais e sociais. Dialogando com isso, outro artigo encontrado foi de Paiva; Moreira e Lima (2019), intitulado Acolhimento Institucional: famílias de origem e a Reinstucionalização. Realizaram uma pesquisa com base em dados quantitativos entre os anos de 2010 e 2017 na cidade de natal-RN, a fim de analisar a reinstucionalização de crianças e adolescente.

O artigo apresenta os dados nacionais sobre os motivos de acolhimento de crianças e adolescentes, sendo que o fator que mais leva ao acolhimento é a carência de recursos materiais da família ou situações correlacionadas a ela, a saber, o uso de álcool e outras drogas pelos pais ou responsáveis, abandono e a negligência.

Outro dado identificado pelos autores é que os responsáveis pelas crianças e adolescentes antes de ser reinstitucionalizados, são a família extensa e mães. Importante evidenciar aqui, que na maioria dos casos, quem participa do processo de reinserção familiar são as mães, essas que acabam por ficarem responsáveis, muita das vezes sozinhas, e ainda são culpabilizadas por parte dos profissionais dos Serviços de Acolhimento.

Isso porque nossa sociedade é marcada pelos estereótipos sobre o feminino, que abarca ideal de maternidade, com uma expectativa grande sobre a atuação dessas mulheres, sendo que acabam sendo responsabilizadas por atitudes e comportamentos que contribuem para a institucionalização das crianças e adolescentes.

Considerando isso, para que haja diminuição de crianças e adolescentes institucionalizados, é necessário tirar a responsabilidade apenas da família, pois a falta de políticas públicas e a falta de acompanhamentos dessa família por meio de uma rede de apoio, dificultam que essas encontrem recursos necessários para superação das vulnerabilidades que marcam seu contexto.

Ainda sobre famílias que se encontram vulnerabilizadas e suas crianças institucionalizadas, o artigo de Nascimento (2019), intitulado *Controvérsias em Torno do “Melhor Interesse da Criança” Indígena no Brasil*. No texto, a autora apresenta um estudo etnográfico de um caso de uma criança indígena retirada de sua mãe ainda recém-nascido passou a morar em uma instituição de acolhimento no estado de Mato Grosso do Sul- MS. De acordo com Nascimento, nessa região, segundo dados da FUNAI coletados pela pesquisadora e referenciados em seu trabalho, 64% de crianças indígenas da etnia Guarani e Kaiowá estão envolvidas em processos de ações de guarda, adoção, acolhimento institucional e destituição do poder familiar. Importante ressaltar que essa população se encontra dentre as mais vulnerabilizadas em decorrência de violências e choques culturais, pois vive em um processo de lutas por território, permeadas por falta de recursos naturais e políticas públicas que atendam suas necessidades, além de não ser considerada toda sua história de colonização e sofrimento.

A autora levanta discussões acerca das principais causas de violência e sofrimento das famílias indígenas e como ocorrem os processos legais que fazem uso de

princípios dos direitos das crianças. Aponta ainda que o que agrava ainda mais esse sofrimento é a atuação dos serviços do Estado para essa população. Cita como o exemplo o serviço de saúde, onde uma família que não aderir ao tratamento médico do branco, são direcionados a categorias de negligência, fugas e famílias resistentes. Quando envolve crianças, a situação fica ainda mais complexa, momento esse que é acionado o conselho tutelar, que age na tentativa de convencer a família a aderir a esse modelo, pois caso ao contrário a criança é retirada do seio familiar. Ainda que esse não seja seu papel.

Quando isso ocorre, os encaminhamentos são decididos pelo Ministério Público Estadual e o judiciário, que tomam as decisões a respeito da criança, por meio de relatórios e estudos realizados por psicólogos e assistentes sociais da rede socioassistencial – nem sempre com a qualificação devida.

Percebe-se então como o papel da rede e as percepções e compreensões que possuem em relação a população indígena, são fatores que influenciam as decisões e intervenções aplicadas. É assim que se encontram inúmeros relatórios produzidos por esses sujeitos e que acabam por inviabilizar o retorno da criança à sua comunidade. São afirmações como: que a criança havia perdido o vínculo com sua família e cultura, a família “não reunia condições econômicas e morais” para cuidar da criança, dentre outros.

Tais compreensões perpetuam o racismo institucional, por meio do modo como os indígenas são descritos – por exemplo, a exotização de seu modo de vida, as narrativas em torno de uma pressuposta “sujeira”, as acusações de “condições precárias” de moradia, etc. (DUARTE, OLIVEIRA, 2020).

Ainda sobre a visão e ações dos profissionais envolvidos, quando se trata de acolhimento de crianças, o artigo de Souza e Cardoso (2019), intitulado de “Do Abrigo de Menores ao Acolhimento Institucional: uma Trajetória de Normalização”, analisa os antecedentes históricos de acolhimento institucional no Brasil, dialogando com conceito de poder para Foucault (1984). Os autores apontam como os hábitos e interesses do poder, que se encontra nas instituições, acabam por aniquilar as individualidades presentes nesse contexto em favor de uma validação de certa prática e condutas, a fim de disciplinar os corpos. É possível visualizar essa ação desde a organização do espaço, controle das atividades executadas pelos sujeitos, dentre outras.

Essas ações são visualizadas também no sistema jurídico infanto-juvenil, que estabelece que uma família quando classificada como em estado de risco, acaba por responsabilizá-la por colocar a criança em situação de risco, devido as condições

econômicas, culturais, uso de álcool e outras drogas, violência, dentre outros termos utilizados para categorizar tal situação. Esta então passa a receber intervenções, vigilância e controle, que judicializam suas vidas.

Os autores identificam que atrelados ao “estado de risco” dessas famílias, está a pobreza como fenômeno que potencializa as causas do acolhimento, conseqüentemente estão relacionadas à vulnerabilidade de grupos que já são excluídos socialmente pela condição econômica. Algo que também constato em minha pesquisa. Institucionalizar crianças e adolescentes, que junto de suas famílias são vítimas, não resolve o problema da violência, apenas judicializa vidas, pela falta e ineficiência das políticas públicas que deveriam atuar como prevenção e reparação da vulneração desses sujeitos.

Ainda sobre o termo de estado de risco de famílias de crianças acolhidas, na cidade em que realizei minha pesquisa, senti a necessidade de compreender melhor o motivo pelo qual as crianças estavam acolhidas, foi então que busquei a Vara da Infância, e falei com a responsável, que nomeio com o pseudônimo Sandra, pelo levantamento e registro de dados de todas as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes da região, regulamentada pelo Núcleo de Orientação e fiscalização de Entidades de Acolhimento (NOFE), segundo a PORTARIA Nº 03 DE 19 DE SETEMBRO DE 2017. Que tem o intuito de fiscalizar, estabelecer regras e acompanhar a situação e cadastro de cada criança acolhida de acordo com a lei de adoção (12.010, de 2009). Sandra não era uma estranha, pois também compunha a equipe técnica da Vara da Infância, com quem trabalhei em conjunto como psicóloga técnica da instituição pesquisada. A mesma me concedeu 3 pastas grandes e explicou que cada uma delas tinha o ano e os dados de todas as instituições, junto com os motivos pelo qual as crianças e adolescentes foram acolhidos. Após me entregar as pastas e explicar como está organizado, ela me deixou na sala para realizar o estudo que precisava, Sandra desde o início se apresentou disponível e confiante, e se dispôs a ajudar caso eu tivesse dúvidas.

Delimitei um período para o levantamento de dados de acordo com a fase mais ativa da minha pesquisa de campo, que se situou de Julho de 2019 a dezembro de 2020. Esse período foi marcado pelo início da pandemia de Covid-19, que em nossa região se iniciou em meados de março de 2020 com decreto das autoridades sanitárias.

Os dados de 2019 incluem quatro instituições de acolhimento e famílias acolhedoras, e os de 2020 três instituições de acolhimento e famílias acolhedoras. Para apresentar os dados, segue a primeira tabela referente ao ano de 2019:

| PERIODO | CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS | ACOLHIDAS NO MÊS DE REFERENCIA | MOTIVO DO ACOLHIMENTO (situação de risco) |
|---|---|---------------------------------------|--|
| Julho /2019 | 35 Indígenas 33 Brancos, pardos e negros | 22 Crianças e adolescentes | 9 – Drogadição dos pais 5 – Abandono/negligência 1 – Violência domestica 2 – Maus-tratos 2 – Abuso sexual 1 – Estagio de convivência infrutífero 2 – Situação de rua |
| Agosto /2019 | 25 Indígenas 32 Brancos, pardos e negros | 2 crianças e adolescentes | 1 – drogadição dos pais 1 – abandono e negligência |
| Setembro /2019 | 27 Indígenas 35 Brancos, pardos e negros | 2 crianças e adolescentes | 1 – abandono e negligência 1 – outros |
| Outubro /2019 | 23 Indígenas 33 Brancos, pardos e negros | 6 crianças e adolescentes | 1 – drogadição dos pais 4 – abandono e negligência 1 – maus tratos |
| Novembro /2019 | 23 Indígenas 33 Brancos, pardos e negros | 6 crianças e adolescentes | 2 – drogadição dos pais 2 – abandono e negligência 2 – maus tratos |
| Dezembro /2019 | 23 Indígenas 33 Brancos, pardos e negros | 1 criança | 1 – outros |
| Fonte: Documento oficial do NOFE, 2019. | | | |

Na segunda tabela, constam os dados de 2020:

| PERIODO | CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS | ACOLHIDAS NO MÊS DE REFERENCIA | MOTIVO DO ACOLHIMENTO (situação de risco) |
|-----------------|---|---------------------------------------|--|
| Janeiro /2020 | 24 Indígenas 23 Brancos, pardos e negros | 1 criança | 1 – outros |
| Fevereiro /2020 | 25 Indígenas 24 Brancos, pardos e negros | 3 crianças e adolescentes | 3 – transferidas da instituição de acolhimento |

| | | | |
|---|---|---------------------------|---|
| Março /2020 | 27 Indígenas 24 Brancos, pardos e negros | Nenhum acolhimento | _____ |
| Abril /2020 | 27 Indígenas 20 Brancos, pardos e negros | 3 crianças e adolescentes | 2 – drogadição dos pais 1 – violência domestica |
| Maió /2020 | 24 Indígenas 8 Brancos, pardos e negros | 3 crianças e adolescentes | 1 – situação de rua 2 – estagio de convivência infrutífero |
| Junho /2020 | 23 Indígenas 14 Brancos, pardos e negros | Nenhum acolhimento | _____ |
| Julho /2020 | 22 Indígenas 13 Brancos, pardos e negros | 1 criança | 1 – trafico |
| Agosto /2020 | 20 Indígenas 12 Brancos, pardos e negros | 1 criança | 1 – drogadição dos pais |
| Setembro /2020 | 20 Indígenas 11 Brancos, pardos e negros | Nenhum acolhimento | _____ |
| Outubro /2020 | 20 Indígenas 10 Brancos, pardos e negros | 1 criança | 1 – drogadição dos pais |
| Novembro /2020 | 20 Indígenas 9 Brancos, pardos e negros | Nenhum acolhimento | _____ |
| Dezembro /2020 | 20 Indígenas 5 Brancos, pardos e negros | Nenhum acolhimento | _____ |
| Fonte: Documento oficial do NOFE, 2019. | | | |

Os 16 motivos de acolhimento listados pelo NOFE (2019), são: drogadição dos pais; abandono/ negligência; violência doméstica; maus tratos; abuso sexual; distúrbio de comportamento; problemas mentais (pais); tráfico; egresso Unidade Educacionais de Internação (UNEI); prisão dos pais; transferência da instituição de acolhimento; estagio de convivência infrutífero; situação de rua; prostituição; constituiu família e outros.

É possível visualizar no primeiro quadro referente a junho a dezembro de 2019, que dentre as 39 crianças e adolescentes acolhidas em 6 meses, em sua maior parte se concentram crianças indígenas das etnias Guarani e Kaiowá, sendo que as demais estão classificadas como pardas, negras e brancas. Os motivos mais citados para justificar o

acolhimento, segundo o documento mencionado, foram 13 por drogadição dos pais e 13 por negligência/abandono.

No segundo quadro referente a janeiro a dezembro de 2020, marcado pela pandemia do Covid-19, as crianças indígenas das etnias Guarani e Kaiowá aumentam relativamente o número de crianças que permaneceram acolhidas. Sendo que das 13 crianças que foram acolhidas em 12 meses, os motivos mais citados para justificar o acolhimento, foram 4 por drogadição dos pais e 3 transferidas de outra instituição de acolhimento.

Percebe-se com esses dados o maior motivo que justifica crianças e adolescentes acolhidos é por drogadição dos pais. Esse termo inclui situações de abuso de álcool e outras substâncias. Outro aspecto que é possível verificar foi, com a pandemia de Covid-19, a diminuição de acolhimentos e também o fato de que as crianças indígenas que já estavam acolhidas acabaram ficando por mais tempo nas instituições.

Esses fatores corroboram a leitura de que as populações vulnerabilizadas carecem de políticas públicas específicas que lhes garantam, a partir da identificação de suas demandas, condições para o exercício de uma cidadania que lhes é negada.

Ainda na busca de pesquisas e trabalhos que poderiam contribuir para minha pesquisa, trazendo reflexões, dados e compreensões nessa área, busquei na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), usando as palavras chaves: criança; acolhimento e etnografia. Na língua portuguesa e em todos os campos e áreas, sem um período de tempo determinado. A busca apresentou 45 resultados de teses e dissertações, destas, 3 foram selecionadas, pois eram as que se aproximava com o tema de minha pesquisa.

A dissertação de Bálamo (2005), intitulada de “Substituindo famílias? continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946/2003”, teve o objetivo de analisar os diversos programas de colocação familiar implementados entre 1946 e 2003 na cidade de Porto Alegre. A partir de análise etnográfica de famílias participantes do Programa Lares Substitutos, possibilitou trazer histórias, trajetórias e relatos etnográficos de experiências de famílias participantes de lares substitutos, além da relação dessa com o poder público.

A autora busca compreender o sistema de acolhimento familiar, as mudanças e as políticas de assistência a infância nesses anos. Para isso também recorre a literatura antropológica sobre parentesco e família, momento que aponta a relação da criança e sua circulação nas famílias brasileiras. Importante destacar aqui a construção que a autora realizou quando trouxe a categoria das políticas públicas no Brasil para discutir. Apresenta

a concepção de infância de Ariès e posteriormente traz o conceito de Donzelot (1980), chamado de “estratégias de policiamento das famílias”. Nesse exercício, a autora busca compreender como se foi pensada a família pobre e suas crianças. De acordo com a pesquisadora, o olhar do Estado para as famílias e sua prole estará sustentado em três eixos fundamentais: a legalização do matrimônio, a mulher como dona do lar, e a reordenação habitacional – onde o modelo ideal seria uma casa por família, bem sendo que homens e crianças não deviam mais ficar nas ruas. Essa forma ideal de problematizar a família refletiu e ainda reflete nas políticas públicas. Para ampliar ainda mais essa questão, a autora faz levantamento histórico no Brasil que perpassa desde o modelo criado por famílias, o controle do Estado e leis e regulamentações criadas em torno da família e a criança e adolescente.

Outra dissertação encontrada, que pertence a um programa de saúde pública, foi de Khattar (2019), intitulada “Narrativas sobre deserção e reinserção familiar de crianças e adolescentes que habitaram a rua e a instituição de acolhimento”. A pesquisa teve o objetivo de compreender o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes que viveram no âmbito de acolhimento institucional após terem habitados as ruas. Para isso a autora acompanhou dois grupos de famílias atendidos pelo serviço de acolhimento na cidade de São Paulo, a fim de analisar quais foram as experiências parentais no processo de reinserção e deserção familiar, além das dificuldades enfrentadas nesse percurso.

Outro ponto bastante relevante na pesquisa é que a autora evidencia como profissionais das instituições de acolhimento, que exercem funções complexas interligadas com demais setores como o Estado, constroem estereótipos e preconceitos entornos das famílias, além de responsabilizá-las pela situação na qual vivem. Onde as intervenções utilizadas são baseadas em um ideal de família, com papéis a desempenharem socialmente aceitos, para poder “reestruturar” novamente o contexto familiar. Essa prática, acaba por deixar de lado toda complexidade que envolve o fenômeno cultural que essas famílias estão inseridas.

A partir da pesquisa de Khattar, percebe-se que cada profissional envolvido na rede de acolhimento, são carregados de histórias morais e preconceitos - fatores que ao estabelecer essa relação com os acolhidos e suas famílias, acabam por ter um impacto negativo na vida dos sujeitos envolvidos.

Por sua vez, Mirella Brito (2014), na tese intitulada de “Entre Cobras e Lagartixas: Crianças em instituições de acolhimento se construindo *sujeitos* na maquinaria da proteção integral”, a partir de uma etnografia realizada com crianças vinculadas à

instituições de acolhimento das cidades de Florianópolis e Gaspar-SC, aborda o fenômeno da adoção e seus dilemas. Para isso, além do diálogo com as crianças, percorre o modo como foi constituído os direitos das crianças e adolescentes fazendo uma crítica ao modo como essas construções foram realizadas de forma generalista, ou seja, sem respeitar a especificidade da população e seus respectivos contextos. Ao contrário, de acordo com Brito, foi idealizado um formato de família, um ideal de cuidar e prover, que não vai ao encontro das diversas famílias brasileiras. Não por acaso, utilizando-se do conceito de biopoder de Michel Foucault, evidencia os limites das ações de Estado.

Num primeiro momento, a autora tem contato com várias instituições de acolhimento, para identificar como essas se organizam e funcionam. Em cena a constatação de que muitas dessas práticas institucionais não vão se ancoram no que é estabelecido nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009). Por exemplo: a não brevidade de permanência do acolhimento (estabelecida como sendo de, no máximo, dois anos). O que a pesquisadora constata (e eu também em minha pesquisa) é que, muitas vezes, a permanência das crianças nessas instituições extrapola esse tempo.

Outro elemento identificado pela pesquisadora é que os/as profissionais que atuam diretamente com as crianças, necessitam ter formação e qualificação, porém muitas das vezes o que se tem é apenas a escolaridade mínima permitida. Vale pontuar que, em vários casos, a instituições ficam responsáveis por realizar as capacitações, o que nem sempre ocorre ou quando ocorre não é suficiente. Essa falta de formação técnica, acaba por evidenciar sérios problemas, haja vista que esses profissionais não irão encontrar repertório necessário para lidar com situações que se apresentam. Esses e outros fatores acabam por evidenciar que muitas das orientações propostas pelo manual nacional de orientações técnicas dos serviços de acolhimento, não são seguidas, ao invés disso são micropolíticas impostas de acordo as instituições e do local onde está inserida.

Para além dos dilemas “formais”, a tese de Mirella também se centra no sujeito da política, no caso as crianças. Nesse movimento de interlocução, acessa as crianças. Com elas, e por meio dela, toca histórias, sofrimentos, trajetórias, incertezas ao mesmo tempo que se depara com a triste constatação de que, ao contrário do que pretende o discurso legal e institucional, aquele lugar não é uma família e sim um lugar de guardar pessoas.

Outros referenciais importantes para o desdobramento analítico de minha pesquisa foram os trabalhos de Prestes (2010), Snizek (2008) e Nascimento (2013). Prestes

(2010), no trabalho intitulado de “Ao Abrigo da Família: Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar”, se propôs perceber as relações que compõem um cenário de abrigamento, com seus estigmas, e categorias mobilizadas (tais como família e infância). Snizek (2008), em “Chegadas e Partidas: Um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas lares”, discute sobre adoção, famílias e as relações que se constituem em instituições de acolhimento na modalidade de casa-lares. Por sua vez, Nascimento (2013), que realizou sua pesquisa no estado de Mato Grosso do Sul, a mesma região em que realizo meu trabalho, busca identificar como os agentes que compõe essa rede percebem a experiência de crianças indígenas da etnia Kaiowá que foram acolhidas.

Todas essas pesquisas me mostraram como a antropologia se aproxima de fenômenos sociais complexos, numa perspectiva diferente da qual eu estava habituada na psicologia, que se centraliza sua reflexão em processos psicológicos muitas vezes individualizados. Então, passar pelo portão acompanhada dessas pesquisas foi fundamental para reconhecer o campo e construir um olhar orientado pela antropologia na compreensão das linguagens, do método, e do próprio tema que me propus a investigar. Sem esse suporte, eu não teria conseguindo entrar na casa.

Neste capítulo pude apresentar a “fachada” dessa “casa”, com a uma breve apresentação da construção do conceito de infância, da trajetória de constituição do ECA, passando, através de uma revisão de literatura, pela compreensão dos modelos das instituições de acolhimento/abrigo. Sigamos pelos próximos cômodos desta casa-instituição.

2. ENTRANDO NA SALA DE ESTAR

“[...] O ritual de receber uma visita tinha (e ainda tem) requintes quase barrocos, pois significava abrir o espaço da casa para um estranho” (DA MATTA, 1997: 38)

Seguindo a premissa de Da Matta (1997), ao adentrar a sala de estar me deparo com um ambiente acolhedor e ao mesmo tempo cerimonioso, próprio dos espaços de transição, onde se verifica se o estranho pode se tornar íntimo. É dali da sala de estar que temos a primeira impressão da casa, seus móveis, sua limpeza, e o quanto o/a anfitrião/ã quer esconder as imperfeições para causar uma boa impressão. No caso da instituição onde realizei a pesquisa, a sala de estar pode ser pensada como as primeiras apresentações que me foram feitas sobre a mesma quando eu acabava de iniciar a pesquisa e buscava compreender um pouco mais sobre a história e a “missão” da casa de acolhimento. Compreendo esta etapa como marcada por muita formalidade e o desejo por parte de meus/minhas interlocutores/as em causar uma boa impressão.

Este momento de chegada à instituição foi permeado de muita cerimônia. Primeiro realizei contato telefônico no intuito de realizar um trabalho voluntário como psicóloga. Depois de um tempo sem resposta, recebi uma ligação sendo convidada a entrar, ao que muito cordialmente aceitei. Cheguei à instituição passei pela fachada e adentrei na recepção, fui atendida por uma moça que pediu para aguardar. Nesse momento de espera, passei a observar a dinâmica que cercava a recepção, nela tinha alguns brinquedos decorando o lugar, e mais adiante na parede havia os nomes de todas/os as/os presidentas/es que passaram por ali, com as fotos e o período de gestão de cada um. Percebi que por muito tempo a entidade foi presidida majoritariamente por mulheres, mas que nos seus últimos cinco mandatos era presidida por homens.

Depois da espera fui convidada a conversar com a psicóloga técnica que atuava ali a mais de 10 anos, que nomearei aqui de Conceição, e acompanhou todas as mudanças da instituição, esse foi o momento no qual me foi apresentada com maior riqueza de detalhes. A instituição fundada em meados dos anos 60, em modalidade de abrigo, que acolhia mais de 50 crianças de todos os gêneros e idades em formato de pavilhão, onde as crianças e adolescentes ficavam em um grande salão com camas uma ao lado da outra.

De acordo com a psicóloga, por conta de reformulações de ordem legal, a entidade abandonou o formato de abrigo, e passou a investir em uma nova modalidade de

acolhimento inspirada no modelo de “Casas Lares” definida pela lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. A entidade possui 4 casas lares, com capacidade no total para 40 crianças de 0 a 12 anos de idade, podendo eventualmente acolher adolescentes com seus filhos/as. Naquele momento, haviam 38 crianças acolhidas, que variavam na faixa etária de 1 mês a 11 anos⁵. Vale ressaltar aqui, que nesse tempo de pesquisa, prevaleciam crianças da etnia indígena Guarani e Kaiowá, sendo as demais variavam entre brancas e pardas, e três crianças negras.

Após essa conversa, fui também convidada a conhecer brevemente as “Casas Lares”, onde vislumbrei rapidamente o funcionamento da entidade, de forma superficial e breve, a ponto de não poder me deter em nenhum detalhe, a não ser a afetuosa recepção das crianças que não economizaram abraços e perguntas curiosas.

Passado esse período de cerimônias iniciais, fui aceita para realizar o trabalho que almejava, e foi então que comecei a atuar como psicóloga voluntária e posteriormente efetiva, ocasião em que pude ver por entre os “ombros” de meus interlocutores/as (GEERTZ, 1989).

Nos primeiros momentos na instituição, ainda na “sala de estar”, me acomodando e conhecendo as pessoas dali, foi o início de um processo de mudanças da condição de estranha para membro da “casa-instituição”. Ainda nesse processo de acolhida fui conhecendo os profissionais que compunham a mesma. Na sala de estar, fica a recepção. Ali encontro uma profissional que atua na casa e que tem o papel de realizar uma espécie de triagem da família das crianças acolhidas, da comunidade de fora, das doações que chegam, dos encaminhamentos para demais setores e as demais demandas que surgem.

Outro espaço é a sala do telemarketing, composta por dois profissionais que ficam a maior parte do tempo no telefone na busca junto à sociedade civil a captação de recursos para a manutenção da entidade, pois a principal fonte de renda da instituição são doações, recursos advindos de rifas, almoços, entre outros, seguido do financiamento do Poder Público - que corresponde a 35% das despesas mensais da entidade.

Quem gerencia essa relação de manutenção é a parte administrativa, que em termos de espaço físico fica localizada ao lado da sala administrativa. Ali encontro a Diretora da instituição. Ela tem a função de operacionalizar e coordenar as decisões da Diretoria, cabendo a esta o papel de gerir, como instância máxima, o funcionamento da instituição. A

⁵ A partir de agora farei referência apenas ao termo criança, pois nesse tempo que realizei a pesquisa, houve apenas um acolhimento de adolescente de 13 anos com sua filha.

sala da Diretoria fica logo mais adentro, porém permanece constantemente fechada, e só é ocupada esporadicamente quando os membros da Diretoria, composta por empresários e/ou aposentados, brancos e em sua maioria homens, que voluntariamente ocupam esse lugar, se reúnem para deliberações.

Por fim a sala das técnicas, composta por uma assistente social, que nomearei aqui de Joana, a psicóloga e por mim. É ali que acontecem todas as etapas do acolhimento da criança, e o acompanhamento dela e de sua família. Para que se possa entender como funciona o serviço de acolhimento institucional, irei descrever brevemente esse processo, que se inicia no momento que a criança chega na instituição, através de encaminhamentos do Juizado da Infância e da Juventude e pelo Conselho Tutelar - previamente autorizado pelo Juizado da Infância e da Juventude. O encaminhamento para esses serviços de acolhimento, ocorre quando as medidas de proteção à criança e ao adolescente são violadas ou ameaçadas, segundo o Art. 98 do ECA.

O ECA e as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009), estabelecem que o papel principal das entidades de acolhimento é oferecer moradia provisória, garantindo os direitos da criança por meio da educação, assistência à saúde e convivência comunitária, como preconizados na lei, garantindo e assegurando os direitos da criança que se encontram em situação de acolhimento. Essas instituições de acolhimento estão interligadas com atores institucionais que compõem o serviço, destacam-se: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), órgãos de assistência à saúde, no caso de crianças indígenas a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e o Judiciário da Vara da Infância e família. Juntos formam uma rede que tem o papel de buscar alternativas que priorizem o retorno da criança a sua família de origem ou extensa, e quando isso não é possível vão para famílias substitutas.

Essas redes junto com o serviço de acolhimento, precisam acompanhar e realizar estudos de casos, traçando intervenções a serem propostas as famílias das crianças acolhidas, no intuito de enfrentar as dificuldades que levou a retirada da criança do contexto familiar.

O modo como a instituição e a rede de acolhimento foi caracterizado pelas leis, é idealizado e em certa medida utópico. Pois trabalhar com as famílias para que essas tenham condições de ter novamente a criança no seu seio familiar, é o mesmo que impor um modelo familiar teoricamente constituído que não leva em consideração a diversidade cultural e econômica da população, impondo exigências para esse grupo que deveriam anteriormente

ter sido garantidos pelo Estado, por meio de políticas públicas eficazes de educação, acesso ao trabalho, moradia, alimentação e não pela responsabilização das famílias diante de sua precarização própria de um estado neoliberal que propõe que cada sujeito é responsável pelo seu estado de bem estar social, da mesma forma também pelas suas mazelas.

Para ilustrar isso quero retomar um dos relatos que ouvi de um sujeito envolvido na instituição de acolhimento pesquisada, tal relato se deu em função de uma criança que foi acolhida por ter sofrido violência doméstica por parte do companheiro de sua mãe - a família vivia em situação de violência e pobreza. Depois de algum tempo de acolhimento a criança retornou para sua mãe, porém muitos sujeitos que atuam na instituição foram contra essa reintegração familiar, sendo que uma delas ilustrou bem o que todas diziam na seguinte frase: *“Essa criança não pode voltar para a essa mãe, tem que ser adotada”* (Luana). Como se a situação de pobreza e violência fosse uma responsabilidade exclusiva da mãe, tal qual uma escolha moral.

A pobreza como um fator que marca as crianças abrigadas não apareceu somente em minha pesquisa, mas também foi identificado e discutido por Snizek (2008), Prestes (2010) e Nascimento (2013). Não por acaso Claudia Fonseca (2009), problematiza como abandono e negligência acabam se tornando sinônimos de pobreza, além da criminalização em torno da “criança pobre” e “mulher pobre”, que levam a discursos como o acima, onde a adoção aparece como único caminho possível.

Outro aspecto importante de ser mencionado é que ao tratar crianças e adolescentes, parte-se de um pressuposto universalizante, como se essa etapa do desenvolvimento não sofresse influências culturais, econômicas e políticas que estigmatizam experiências ou indivíduos que não estejam adequados ao modelo normativo do que é ser família, criança ou adolescente, conforme problematizado por Nascimento (2013).

Isso ocorre, pois, os direitos da infância foram constituídos em um período que se iniciou em meados do século XX, em que ela passa a ser concebida de maneira diferente do adulto. Momento em que estudiosos se debruçaram em compreender a infância em suas etapas do desenvolvimento, a partir de uma visão positivista, patologizante e biologizante, desconsiderando fatores e condições socioculturais importantes. Portanto, não é possível ter apenas uma única infância. Como dito ao longo do capítulo I, diferentes infâncias surgem a partir de resultados de contextos distintos, por isso uma compreensão ampliada é importante (NASCIMENTO; BRANCHER, OLIVEIRA 2008).

Diante disso, a criança institucionalizada não pode ser compreendida como um sujeito genérico. É preciso um olhar atento que reconheça tanto as especificidades culturais quanto étnicas, raciais, de classe, etc. Afinal, uma criança negra ou indígena não tem a mesma experiência (e oportunidades) que uma criança branca, da mesma forma que criança vinda de uma família de classe social baixa, vulnerabilizada, não é a mesma de uma criança classe média que nunca experimentou situações de privação.

Pensar essas categorias localizadas, torna-se fundamental para que se possa falar da criança real em acolhimento da instituição em tela, evitando assim naturalizações e discursos genéricos que não representam a realidade social, política e econômica que poderiam ilustrar melhor de qual criança e família estão sendo falada.

Com relação aos marcadores de classe e raça, a instituição acolhe em sua maior parte crianças indígenas, e quando essas não são indígenas, são brancas ou pardas que vieram de um contexto de pobreza ou extrema pobreza. Tal constatação não é diferente do que foi identificado na pesquisa de Silvana Nascimento (2013). Em sua pesquisa de mestrado, a autora se deparou com o aumento no número de acolhimento de crianças indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, além de identificar como os/as profissionais que atendem essas crianças sentem desconforto diante desse cenário, por terem opiniões diferentes em torno da criança indígena. Logo essas opiniões acabam por interferir no trabalho desempenhado na rede de proteção, além disso revelam o quanto não há uma preparação adequada dos/as profissionais que atuam junto a esse público.

Considerando tais fatores, a autora percebeu que, quando crianças indígenas são acolhidas em instituições administradas por brancos e pelo Estado sofrem violências, pois acabam tendo que se enquadrar a forma imposta, onde não se fala sua língua nativa, vivem de formas diferentes, e não estão preparadas, favorecendo desta forma a violação do direito da criança. Mais adiante, irei adentrar na categoria criança indígena, onde trarei relatos e análise de casos.

2.1. OS “MORADORES DA CASA” OU QUEM SÃO OS SUJEITOS DA INSTITUIÇÃO

Ainda na fachada pude visualizar os aspectos públicos da história da instituição pesquisada, e somente após cruzar a porta de entrada, pude percebê-la com uma outra perspectiva, que possibilitou, a partir dos primeiros contatos, começar a compreender os sentidos do acolhimento de crianças e o modelo proposto pela instituição.

A partir de agora, saindo da sala de estar a caminho da “cozinha”, proponho me debruçar sobre os sujeitos que atuam na instituição, buscando entender como o acolhimento é construído e praticado. A “cozinha”, pode ser entendida como como lugar de transição entre o exterior e o interior, reservado a um grupo seletivo de pessoas. Ou seja, esse é o espaço onde a impessoalidade e a formalidade cedem lugar a relações mais intimistas e menos sujeitas a controle e/ou interdição.

Nesse “cômodo”, são revelados alguns fenômenos da casa-instituição que não são anunciados em outros ambientes (como a “sala”). É assim que frases pretensamente “inocentes” são enunciadas sem receio ou constrangimento por cuidadoras residentes e profissionais que atuam na instituição a mais de 2 anos, tais como: *“índio é assim mesmo”*; *“aqui funciona como um hospital, as crianças chegam machucadas e são tratadas e ficam bem”*; *“melhor a criança ficar aqui”*.

Antes de descrever aqui alguns relatos vivenciados, quero apresentar quem fala. A entidade possui vários profissionais atuando em diferentes contextos. A equipe técnica, já apresentada anteriormente, lida com os casos e estabelece contato com as crianças e as cuidadoras residentes, embora esse contato tenha diminuído no contexto da pandemia de Covid-19.

Uma profissional que lida com as crianças diariamente, todas as manhãs, e também é responsável por levá-las, em outros períodos, a passeios e programações de lazer, é a professora do reforço, que darei o nome fictício de Ana, essa uma mulher parda, com ensino superior completo, que atua ali a mais de 2 anos.

E, também, apesar de não lidar com as crianças diariamente, pude conversar com o responsável pelo telemarketing, homem pardo, estudante de ensino superior, que trabalha ali a mais de 1 ano, que irei dar aqui o nome fictício de Pedro. E pude saber mais sobre suas percepções a respeito daquele ambiente.

A diretora da entidade também já mencionado aqui, é uma mulher branca, com ensino superior, que atua ali a mais de 20 anos, que chamarei aqui de Edimeia. É uma pessoa

que está presente constantemente na entidade, exerce vários papéis, e pensando em uma hierarquia institucional, está no topo.

Ainda sobre a hierarquia presente na instituição, é possível fazer um paralelo com o que Prestes (2010) identificou em sua pesquisa. O cuidado oferecido as crianças acolhidas respondem a uma ordem de comando, onde cada sujeito tem um limite de atuação, e toda vez que as situações extrapolam tais limites é necessário recorrer a instância superior para identificar a ação a ser conduzida. Essa experiência torna o processo de cuidado muito fragmentado. Um exemplo dessas situações, são as queixas trazidas pelas cuidadoras residentes sobre a educação das crianças, que segundo elas é regida por várias pessoas, e principalmente levado para diretoria, pois elas possuem certo limite de até onde podem educar a criança.

O resultado dessa configuração é, segundo Muller-Granzotto (2012), a fragilização da experiência do “eu”, pois a criança perde a referência sobre sua própria história e suas memórias, sendo inserida em um contexto que impõe a elas uma leitura sobre si mesmas e uma desvalorização de suas trajetórias. Isso porque, as estratégias de educação e cuidado fragmentadas, geram a falta de condições de lidar com a experiência integral de cada criança. Isso pode produzir um sujeito em sofrimento por não poder contar, na resolução dos seus conflitos, com um repertório baseado na sua biografia.

A entidade também comporta cuidadoras residentes e auxiliares de cuidadoras. A primeira mora na entidade, nas casas lares, e lida mais diretamente com as crianças o tempo todo, desempenhando a função de “mãe social”, nome usado por elas e pelos sujeitos da instituição. Seu trabalho é de realizar todos os cuidados nos aspectos relacionados a educação informal, comida, higiene, lazer, entre as demais atividades que uma “mãe” exerce. Essas mulheres atuam na instituição todos os dias, 24h por dia, com direito a uma folga na semana. Um trabalho um tanto exaustivo, pois lida com no mínimo 6 crianças, de diferentes idades. Já a auxiliar de cuidadora, tem a função de auxiliar nos afazeres da casa e com a criança, porém sua função está mais direcionada aos afazeres domésticos, como lavar, passar, limpar casa, sendo que essa cumpre a carga horária semanal de 40h.

Do momento em que iniciei a pesquisa até a finalização desta, as trocas de cuidadoras residentes foram bastante rotativas, ficando em média 6 meses, por isso encontrei dificuldade em construir vínculo e poder dialogar com essas mulheres.

Meu contato maior foi com uma cuidadora residente I, que irei nomear aqui como Lucia, mulher parda que atua ali a mais de 2 anos, e está na meia idade da vida, com

ensino médio completo. Esse pouco contato com elas se justifica pela pandemia, onde o número de cuidadoras foi reduzido, ficando apenas duas, sendo uma delas recém-chegada. Ainda assim, trarei outras falas que presenciei de algumas das cuidadoras que por ali passaram.

Outros profissionais que lidam com as crianças e as famílias, são as recepcionistas da instituição. Tive contato nesse tempo, com duas mulheres, uma com quem pude conviver por mais tempo, que chamarei aqui de Beatriz, mulher branca, em processo de formação do ensino superior que atuou ali mais de 1 ano. A outra chamarei aqui de Luana, mulher branca, com ensino superior completo, que atua há aproximadamente 4 anos.

Essas pessoas para além das funções que exercem também influenciam o ambiente e a constituição do cuidado oferecido, à medida que trazem para o seio da instituição suas percepções e compreensões de mundo, muitas vezes tomando-as como verdades absolutas. Por isso, é fundamental destacarmos aqui algumas dessas falas e posturas para compreender-se as representações culturais que perpassam a instituição de acolhimento de crianças.

Quando falamos de uma criança em acolhimento, falamos também dos estigmas sociais que ela carrega. Prestes (2010), em sua pesquisa aponta como a sociedade tem preconceito com crianças e adolescentes que estão ou passaram por abrigos, que hoje a nomenclatura mudou para acolhimento institucional, mas será que mudou a percepção?

Esse estigma é marcado por uma visão carregada de preconceitos e inferioridades, onde crianças institucionalizadas são vistas como pertencentes a um lugar “anormal”, portanto emocionalmente deficientes pela sua história de vida, são problematizadas por advir de um contexto familiar “desajustado”, esses e outros estigmas acabam por caminhar junto dessa criança, reduzindo suas perspectivas e a colocando em um lugar de perigo para a sociedade (GOFFMAN, 1988 apud PRESTES, 2010).

2.2 O NÃO-LUGAR

Agora irei trazer um pouco das vivências constituídas no período da pesquisa dentro da instituição em tela. Início apresentando uma das situações vivenciadas, onde cotidianamente cheguei à instituição como de costume fui até a sala de reforço, que fica logo ao lado da minha sala que compartilho com as demais técnicas. A sala de reforço é ocupada

toda as manhãs pelas crianças acolhidas, que vão realizar suas tarefas e atividades com o auxílio da professora contratada exclusivamente para elas.

Chegando na porta da sala, cumprimentei todas elas, e com um sorriso no rosto já veio uma me dar um abraço, e logo solta a pergunta “*tia quando vou embora?*” Diante dessa pergunta, me sinto imponte e afetada por não conseguir suprir o que ela mais anseia, uma família. Respiro e com todo cuidado passo a mão em seus cabelinhos com um gesto de carinho e aconchego e digo “*meu amor, a tia não sabe te dizer quando, mas estou fazendo o possível para que mais breve você possa ir embora daqui*”, e sem entender muito o que significa ser o mais em breve, solta um sorriso de esperança. E outra criança ao ouvir, solta outra pergunta “*e eu tia? É verdade que Maria (nome fictício) vai embora? Para onde ela vai?*” Foi a oportunidade que elas encontraram para falar sobre suas histórias de uma forma bem sutil e espontânea. Quando de repente, a professora Ana ouvindo as conversas, diz “*já conversamos que aqui não quero que fala sobre isso!*”. As crianças logo abaixaram suas cabeças, e antes que retornasse a sentar e fazer suas atividades, disse a uma delas “*depois a gente conversa e falamos sobre isso, tudo bem?*”. E sou tomada novamente pelo sentimento de impotência, entendo que ali elas estavam realizando atividades, mas me incomodou o fato de talvez não terem espaço para falar sobre si.

Em outro momento, em conversa sobre as crianças uma de minhas interlocutoras, pude entender da onde vinha esse movimento de silenciá-las, ao perguntá-la como é a experiência dela em trabalhar na entidade de acolhimento junto das crianças diariamente:

(...) me marcou muito quando cheguei aqui a história de uma criança (se referia a um caso específico), por isso prefiro não saber as histórias delas, por que me envolvo demais e não consigo viver lá fora. (Ana)

Pensando nisso, retomo o que Nascimento (2013) destacou em sua pesquisa, ao referir que os/as profissionais envolvidos com crianças acolhidas, não conseguem ser neutros, e acabam por se envolver com as histórias vivenciadas por cada criança, se afetando. Por isso meu intuito nesse trabalho assim como foi para a pesquisadora, não é julgar e desvalorizar esses profissionais, e sim destacar discursos reproduzidos em um grupo que advém de uma sociedade carregada de processos de subjetivações.

Diante disso, retomo minhas inquietações, quais são as outras formas de se calar uma criança? Não escutar suas necessidades, sejam elas as mais simples que possuem significados importantes, tomar decisões por elas sem que entendam o que está sendo

decidido levando à impossibilidade de participar do processo, ou não acolher as demandas por afeto, e julgar e interpretar isso como “mal caráter”, “manha” e/ou “manipulação”, são essas algumas formas que nós podemos calar uma criança.

Tais elementos podem ser ilustrados a partir dos seguintes relatos. O primeiro resgata uma situação onde uma criança parda, por volta de seus 8 anos, acolhida em virtude de negligência por parte de sua mãe, que o deixou em casa sem alimentação e sem cuidados de higiene. A mãe é dependente química e estava nesse período vendendo e fazendo uso das substâncias - a mesma tinha a guarda da criança e não havia nenhuma participação do pai, além de estar em um contexto de extrema pobreza. Após o acolhimento a criança passou a manifestar alguns comportamentos como comer exageradamente, diante disso, foi comum se ouvir pela cuidadora “*é guloso demais*” nesse momento intervi contextualizando que a criança vinha de um contexto onde passava fome, para que pudesse entender tal comportamento e assim acolher a criança. Com isso essa queixa cessou dando lugar a outras, onde a mesma criança passou a pegar objetos e até comida, sem consentimento da cuidadora, e levar para os colegas e professora da escola em que estava estudando. Tal atitude passou a incomodar alguns/mas funcionários/as:

Tem que fazer alguma coisa, ele está roubando isso... quando crescer vai ser um bandido (Beatriz)

Ele sabe que está fazendo sim, é dele isso aí (Ana)

Ele roubou de novo, é difícil essa criança (Lucia)

Em todas as falas, um sentido de julgamento. Embora eu tenha feito a mesma tentativa de contextualizar a situação, e até mesmo ouvir essa criança a fim de achar uma solução, os discursos apontam a criança como o problema, estigmatizando-a e não dando voz à mesma. Mas tais comentários me pareceram bastante ambíguos pois eram mesclados com atitudes de carinho e boa vontade por parte dos/as funcionários.

Penso que, para além de uma questão estrutural, tais falas expressam uma das dimensões mais presentes nas instituições de acolhimento: se de um lado há boa vontade, de outro percebe-se pouca capacitação para compreender e manejar histórias de vidas tão complexas.

Outro momento, ainda a respeito de não dar voz a criança, a grande parte dos sujeitos envolvidos ali, compreendem em sua maioria das vezes que o melhor lugar da criança é na instituição, pois no entendimento desses sujeitos elas possuem acesso a “hospital perto”, “comida boa”, “cama quentinha”, “roupa limpa”, “brinquedos”, entre outras questões materiais que justificam ser importantes. Não vou me retirar de cena, pois muitas vezes

pensei que o melhor lugar da criança seria ali, quando se está envolvido com a história da criança e o que ela passou, me pego pensando que naquele lugar ela está mais segura tem condições boas de viver, mas percebi ao longo do processo de formação do mestrado e a experiência vivida ali, que é uma ilusão achar que a criança está mais protegida, mais cuidada na instituição de acolhimento. Ouvir as crianças pedindo para voltar para casa e sua família, ou quando no dia da visita de uma família, me deparo com aquela cena afetuosa misturado com sofrimento e desespero, onde seguro meu choro e penso, ali não é o melhor lugar para essa criança.

Assim como Mirella Brito (2014), é extremamente necessário pensar a criança como protagonista de sua história, bem como suas percepções sobre o mundo, seus sentidos e suas vivências precisam ser significadas para dar voz a elas. Pois, apesar da lei dizer que a criança é sujeito de direitos, em momentos como apresentados aqui, e como também mostra a autora, essa criança está mais como objeto do direito, onde sua vida é determinada por adultos que trabalham para esse direito.

Como nos diz Brito (2014), essas crianças relutam em dizer, de várias formas, que apesar de não se sentirem pertencentes a aquele lugar de ‘guardar pessoas’, estão à espera da família, da expectativa do dia de ir embora da instituição, de ir em encontro com a sua casa. Esse não-lugar que vivenciam, tem sofrimento, mas também mostram mais uma vez que essa vulnerabilidade não é passiva e frágil, mas sim criativa e resistente.

Esse conceito de não-lugar, é cunhado por Marc Augé (1994), que trata sobre espaços de transitoriedade, destinados a abrigar por um tempo aqueles que foram afastados de seus representantes sociais, sendo colocados em um contexto de esvaziamento de suas histórias e subjetividades. Nesse sentido, a instituição refere-se a um não-lugar, pois, até mesmo de acordo com o ECA, a instituição de acolhimento deve ser um lugar temporário, pois a longa permanência acarretaria prejuízos para a criança. Contudo essa ideia não é a mesma que os sujeitos envolvidos pensam, quase todos os relatos aparecem falas que o melhor lugar da criança é na instituição. E quando questiono o que aquele lugar significa, a uma das minhas interlocutoras se emociona e diz:

Olha é triste, porque quando tem o acolhimento é por que a criança não estava bem cuidada... nenhuma criança deveria ser acolhida, todas deveriam ser bem cuidadas, mas por outro lado elas vieram para o socorro para o hospital, aqui eu tenho como um hospital, elas vieram para ser socorridas, vieram para ser salvas no nosso serviço de acolhimento. (Edimeia)

Essa ideia de compreender a instituição de acolhimento como um hospital, como já mencionei aqui também foi vista por uma cuidadora residente. E indo ao encontro desses discursos, outro sujeito da entidade também trouxe a mesma ideia. Quando questiono a ele o porquê acha que ainda é necessário o serviço de acolhimento, ele diz:

...se não tivesse esse tipo de serviço as crianças estariam jogadas, não teria como dar o tratamento a elas. (Pedro)

Da mesma forma que na fala de uma das professoras, em conversa com a mesma, sobre se acha bom as crianças estarem na entidade, ela afirma:

Coloca essas crianças aqui, para de deixar essas crianças sofrer. Aqui elas estão limpinhas, cheirosinhas... Eu sei que aqui não é a casa delas, só que aqui elas pelos menos tem a possibilidade de ter um futuro. (Ana)

Diante dessa fala, questiono a ela o que as crianças acham sobre estar em acolhimento, será que elas gostam de estar ali? Ela responde:

Elas preferem estar aqui do que estarem em casa, por que elas são conscientes, as mais novas nem tanto, já as mais velhas (menciona 3 crianças mais velhas dentre as 38 crianças acolhidas), querem estudar e ter um futuro. (Ana)

Percebe-se que, assim como apontado por Prestes (2010), a forma como é a representação em torno da realidade do acolhimento, em grande parte se dá a partir de uma perspectiva médica e psicologizante, ou seja, a partir da ideia de um lugar que oferece tratamento e disciplina. Mas me questiono, curar do que? Socorrer de quem?

Se seguir essa ideia de cura e/ou tratamento, o que teria dentro das instituições que possibilitariam isso? Brito (2014), ao apresentar o cotidiano das crianças acolhidas em uma instituição de Santa Catarina, e os discursos presentes ali, destaca como as rotinas, regras, costumes, além das instituições que permeiam esses espaços como a própria lei, a escola, médicos, psicólogos, assistentes sociais, o poder judiciário, entre outros, acarretam formas de disciplinar os corpos dessas crianças a fim de transformá-las em um “bom cidadão”.

Na instituição, através de suas rotinas e da pedagogia que as sustentam - e o Projeto Político Pedagógico é o documento/currículo que as define -, vai se constituindo modelos de corpos, sendo assim, o currículo institucional dá passagem a um corpo institucionalizado, que precisa corresponder à normatividade imposta por esse currículo (BRITO, 2014, p. 197).

Então pensando desta forma, seria a disciplina o tratamento a tornar a criança um “cidadão do bem”? Ao que tudo indica, seguindo as falas até aqui apresentadas, sim! Porém, não deixo de pensar nas crianças que anseiam por uma casa, por suas famílias, por seu lugar. E entendo que essa esperança é sua forma criativa de resistir a imposição de um não-lugar como condição de vida.

Me pareceu importante perguntar a uma das minhas interlocutoras, que ocupa um papel hierárquico importante na instituição, sobre o que significa trabalhar no serviço de acolhimento, afim de confrontar essa percepção com o que já foi construído até aqui, ela responde:

Se a família não tiver condições, essa criança vai ser encaminhada para adoção então vai salva-las também.

É bom estar aqui por que você consegue transformar vidas de crianças e você sabe que vão ter mudança, ter um futuro diferente. Quando recebemos foto de uma criança que foi adotada ou foi para o exterior é muito gratificante. O lado bom é saber que a criança foi adotada, é muito gratificante. (Edimeia)

Esses discursos estão bastante presentes nas falas dos/as funcionários da instituição, onde a própria equipe técnica e cuidadoras falam “é melhor ela ir logo para uma família adotiva”, como se o melhor lugar para “salvar” essa criança seja a família adotiva. Do tempo que permaneci na instituição, nunca ouvi falas como “que bom que ela voltou para a sua família de origem”, ao invés disso sobravam inseguranças e desesperanças para com essas famílias.

Para que vai mandar essa criança para família de novo? Para ser judiada? (Joana)

Essa criança tinha que ir para adoção, essa mãe não vai cuidar direito. (Beatriz)

Aí o juiz liga aqui e fala, ‘devolve essa criança por que ela tem pai e não pode ficar aí’ (se referindo a entidade) E aí? Ai daqui a um tempo você escuta que ela foi abusada e volta para entidade. (Ana)

Exceto uma fala de uma das cuidadoras, que se aproxima e diz que o melhor lugar para a criança é a família de origem. Aproveitei para perguntar a ela o que significava o acolhimento dessas crianças, se ela achava necessário. Me respondeu:

Acho muito bom, antes eles aqui do que no mundo lá fora. Se os pais tem problemas tinha que ter a casa das crianças e a casa dos pais, por que se eles tivessem acompanhamento mais de perto, essas crianças não precisavam ir para outras famílias, elas voltariam para a família dela. Elas sentem falta dos pais. Não adianta abrir a

porta para criança e fechar para os pais, você não aprende com a porta fechada. (Lucia)

Brito (2014) e Bálamo (2005), entendem que a adoção acaba por ser a resposta mais rápida e tida como eficaz para a saída das crianças das instituições, pois investir nas famílias é considerado mais trabalhoso, no sentido de que a poucas ações efetivas das políticas públicas, além de ser necessário acompanhamento mais de perto com essa família, para a superação das dificuldades.

Além de, como destacado por Nascimento (2013, p. 50), os/as profissionais que atuam a intervir com essas famílias, são constantemente pressionados/as a tomarem decisões e darem pareceres sobre o destino da criança “sem ao menos ter a possibilidade de problematiza-los no sentido filosófico, sociológico ou antropológico”. Ao invés de dar lugar às próprias concepções das crianças.

2.3 CRIANÇAS INDÍGENAS

Dentro deste contexto merece a questão que envolve o acolhimento de crianças indígenas. Penso ser importante destacar que meu contato com essa realidade se deu quase que exclusivamente no período que realizei o mestrado. Ou seja, as questões indígenas ainda se configuram como um terreno pouco conhecido por mim, de maneira que não poderei aprofundar a análise das situações aqui relatadas.

Como já mencionado, as crianças indígenas são em sua maior parte nas instituições de acolhimento, chegando a ser 90% no período da pandemia do Covid-19. Para Nascimento (2013), crianças indígenas, quando são acolhidas acabam sendo inseridas em outro contexto de violência, já que sua língua, seus costumes e suas rotinas não são valorizados.

Como dito anteriormente, a etnia mais presente no município no qual a instituição está inserida, é a Guarani e Kaiowá. Essa população habita as chamadas reservas indígenas, caracterizados pelo território pequeno pela quantidade da população que nela vive, além não possuir recursos naturais essenciais para a sua sobrevivência a partir de sua própria perspectiva sociocultural. O que culmina em sofrimento, violência e conflitos internos (NASCIMENTO, 2013).

Em decorrência disso, conforme Pereira (2016), o consumo de bebida alcoólica, conflitos familiares, violência vem crescendo, o que impacta na configuração de muitas famílias, conseqüentemente as crianças são afetadas e acabam sendo acolhidas. Todavia, há

sempre um questionamento se as retiradas das crianças das comunidades indígenas estão sendo realizada por que de fato elas estão passando por violência ou se a negligência é apenas uma interpretação de um fenômeno próprio daquele contexto. Assim é comum ouvir esse embate na rede de proteção.

*Aí vem a FUNAI e os antropólogos faz uma visita a família e fala que pode entregar..., Mas eles não ficam lá acompanhando essa família, eles não conseguem ver a realidade de fato. (Conceição)
A FUNAI e antropólogos acham tudo lindo (se referindo as reservas e os indígenas). (Edimeia)*



Imagem I – Mãe indígena com sua criança. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Não se trata aqui de dizer se tudo é contingência cultural ou violências. Tomar um ou outro extremo de compreensão é o mesmo que incorrer em um etnocentrismo que pauta a avaliação sobre os contextos e realidades indígenas por parte de não indígenas. Penso que a tarefa primordial da rede de proteção é se deter sobre cada caso, avaliando seus desdobramentos e impactos, a fim de minimizar a possibilidade de produção de violência. Essa postura exige por parte do/a profissional da rede de proteção, uma posição no mínimo

crítica, pois trata-se de olhar o fenômeno para além daquilo que foi preconizado nas políticas públicas, principalmente por estas não serem suficientes para a compreensão e encaminhamentos da maior parte das situações vinculadas à população indígena.

Para ilustrar esse paradoxo, trago aqui duas situações. A primeira se refere a um caso de uma criança indígena acolhida, que foi retirada da família, sua mãe, pois a mesma era dependente química do álcool e vivia violência doméstica por parte do companheiro. Ocorre que após a criança ser acolhida, essa mãe não foi visitá-la na instituição de acolhimento, o que provocou comentários e inclusive em relatórios da rede de acolhimento, de que ela não estava interessada na criança, pois se estivesse teria ido visitá-lo. Diante disso a criança havia perdido o vínculo com essa mãe, o que justificava não investir na restituição familiar. Essa situação só foi melhor compreendida depois do estudo antropológico realizado, onde se evidenciou que a mãe era uma mulher doente, dependente química, e que precisaria caminhar no sol 2h para chegar na instituição de acolhimento, sendo que esse trajeto era composto por bares. Ressalta-se ainda que essa mulher não tinha uma rede de apoio. Então por mais que as políticas públicas prevejam a visita como uma forma de avaliar as disponibilidades e condições para reinserção familiar, nesse caso era necessário reconhecer quais as condições para que a mãe-indígena, em um contexto de vulnerabilidade social, pudesse acessar a instituição.

A segunda, é o caso de duas irmãs indígenas que foram acolhidas em virtude de violência doméstica por parte da tia, onde estavam vivendo após a morte de sua mãe. Acontece que a mais velha passou a ser tratada como “*guacho puro*”, termo utilizado pelos Guaranis e Kaiowá, segundo Pereira (2002), para referir a uma pessoa que agrega a família seja por motivos econômicos ou políticos, podendo ser parente sanguíneo ou não. Ela é tratada de forma diferente dos demais membros daquele grupo familiar, sendo muitas das vezes privadas de lazer e educação, e sobrecarregada com as responsabilidades domésticas da casa, além de sofrerem castigos físicos e psicológicos.

Esse fato se confirmou, na chegada dessa criança que estava com sinais visíveis de violência física, como também seu próprio relato sobre o que havia vivenciado. Situações como essa tendem a criar uma comoção entre os profissionais da instituição de acolhimento, gerando uma tensão sobre a possibilidade de reinserção no contexto da família extensa, pois há apreensão de que a violência possa se repetir. Vale ressaltar que tal apreensão não é de todo injustificada, pois no período de realização dessa pesquisa, sete crianças - sendo dessas quatro são indígenas -, que retornaram para rede de acolhimento, devido as situações

similares que as trouxeram da primeira vez. Não se trata aqui de construir uma argumentação sobre a naturalização ou não de uma violência em certos contextos, mas de apontar os limites, muitas vezes estreitos, de atuação das políticas públicas de proteção e promoção da infância e juventude. Os equipamentos responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e proteção desses indivíduos na grande maioria das vezes são impossibilitados de desempenharem seu papel de forma efetiva, por falta de recursos humanos e materiais, para dizer o mínimo.

Essa constatação me permite compreender que a constituição de um bem estar social para população indígena depende da articulação de vários fatores que passam dos elementos mais básicos, como território com recursos adequados às suas necessidades, até elementos mais complexos como uma compreensão crítica da história de segregação, exploração e aniquilação dos povos indígenas na região. Portanto, nenhum discurso que responsabilize o indígena pelas suas condições de vida se mostra suficiente. Esse discurso de responsabilização dos indígenas é (re)produzido por diferentes interlocutores/as ao longo da pesquisa:

Índio é assim mesmo, eles bebem muito” (Joana)
Tá no sangue deles, eles têm uma fraqueza para a bebida. (Lucia)
Esses indígenas tem sexo até no olho, todos, é da natureza deles.
 (Lucia)

Outro tema que está sempre relacionado ao uso excessivo de bebida alcoólica é a violência sexual presente na comunidade indígena, tema bastante polêmico e complexo, que gera bastante revolta dos sujeitos que permeiam a instituição de acolhimento “Isso é um absurdo! É normal para eles uma menina de 10, 15 anos ser abusada na aldeia” (Edimeia). Todas essas falas reproduzem preconceitos em torno do indígena, pois de acordo com o relatório técnico sobre a violência contra a criança e ao adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (2018), a violência sexual entre a população não-indígena é estatisticamente predominante do que na população indígena.

Essa mesma compreensão ainda que marcada por uma atitude benevolente como diria Agamben (2002), reproduz os mesmos estigmas, pois quando pergunto a uma de minhas interlocutoras, que atua ali a muito tempo, a fim de tentar entender sua percepção em torno das crianças indígenas e as dificuldades encontradas no serviço de acolhimento com essa população, ela comenta:

É triste quando as crianças indígenas retornam para comunidade e a gente sabe que as vezes não vão ter o atendimento que a gente

gostaria que tivesse. Esse é o lado ruim que a gente presencia ainda aqui no serviço de acolhimento, a gente gostava que todas tivessem uma família que pudesse oferecer de fato todos as condições básicas de alimentação, vestuário, educação, por que para transformar nossa sociedade tem que ter educação, e a gente sabe que lá na aldeia é mais difícil ainda né? É bem pesado para gente, lá tem famílias que tem condições de acolher? Sim tem, mas nem todas. (Edimeia)

Em uma das tardes na instituição, passei na casa de uma das cuidadoras, para conversarmos um pouco sobre a instituição e o serviço de acolhimento, também no intuito de entender como ela compreende o serviço. Começamos a conversa sobre as crianças, ela expressa em suas falas como gosta de estar ali com elas, dizendo:

Essas crianças me ensinaram que não querem luxo eles querem a pessoa que respeite eles de amor a eles... As crianças que brilham e dão luz aqui! (Lucia)



Imagem II – Mãe indígena com suas crianças em visita à instituição. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

No meio da conversa a campainha toca, ela pede licença e vai atender, quando volta fala.

É uma índia, ela sempre passa aqui pedindo pão, daí eu dou né. Isso é uma vergonha para nação, por que eles são os verdadeiros brasileiros, acho que deviam ter o canto deles, colocar serviços dentro da área deles, o que eles sabem fazer, tinha que ter um programa social sabe? Dentro da comunidade mesmo, que os brancos parecem de se intrometer. Para eles terem o direito de ir e vir dentro dos costumes deles na área deles do jeito deles. (Lucia)
É por isso que eles bebem usam droga, por que são fracos, por que querendo ou não eles têm uma diferença entre nós, eles acreditam em tudo que fala para eles, tem o QI muito fraco... são inteligentes, mas não para si. Eles mesmo se isolam por que se acham diferentes e sabem que as pessoas discriminam.
Tinha que preservar a língua deles, a terra os costumes. Mas os governantes acham mais fácil dar uma cesta básica. (Lucia)



Imagem III – Visita técnica à Reserva Indígena. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Pude perceber nessas falas uma certa ambiguidade ou até mesmo confusão. Ao mesmo tempo em que ela destaca elementos importantes a respeito da cultura e diversidade, traz junto uma visão bastante preconceituosa que reproduz os estigmas sociais que acompanham o imaginário social sobre os povos indígenas da região (DUARTE, OLIVEIRA, 2020). Essa postura contrasta com outras que se dão no cotidiano da instituição, onde as falas giram em torno dos preconceitos mais comuns, o que me leva a acreditar que a tentativa de amenizar o discurso se deu por estar participando de uma pesquisa, mas ainda assim não deixou de reproduzir os discursos costumeiros.

Tais discursos e condutas se organizam em torno dos mais diversos temas, desde da higiene, que foi o caso por exemplo, de uma das funcionárias, que após uma família

indígena deixar a instituição, passou bom ar para tirar segundo ela o “mau cheiro”, além de se queixar deles estarem sempre sujos. Essa conduta costumava se repetir, permeada junto de falas outros sujeitos ali:

“Essa criança estava bem suja quando chegou, mas agora está limpinha” (Rose).

Outra questão que traz discursos revestidos de preconceitos sobre a relação com o trabalho, é possível ouvir comentários como *“eles não gostam de trabalhar não”*. Essa representação é advinda do pensamento branco e colonialista, que segundo Brand (2011), a falta de recursos e territórios culminam para os povos indígenas procurarem recursos fora das comunidades, onde se deparam com preconceitos da sociedade branca que dificultam sua inserção, resultando a se envolverem com álcool e drogas, o que gera condições de vida precarizadas.

A partir desse lugar de aproximação, pude perceber que mesmo uma instituição que se propõe a trabalhar com o acolhimento da diversidade, uma lógica totalitária e etnocêntrica se faz sentir. Foi possível identificar que o caminho para uma relação mais horizontal entre diferentes culturas e contextos sociais ainda é bastante longo. Isso fica evidente nas falas apresentadas até aqui e que foram se viabilizando por uma aproximação, que posso chamar aqui de vínculo.

Ao decorrer dessa pesquisa vários dilemas envolvendo diferentes categorias se apresentaram, tais como crianças e família indígenas, os discursos sobre o significado de serviço de acolhimento de crianças, questões morais e deterministas sobre o desenvolvimento e futuro dessas crianças, entre outros. Entendi que todas essas categorias se atravessam em uma experiência central no âmbito dessa instituição de acolhimento, a saber a figura da cuidadora residente entrelaçada com as mães de crianças acolhidas e suas histórias. Portanto, como uma forma de tocar essas diferentes dimensões de uma maneira mais íntima, me propôs a no próximo capítulo me deter mais sobre as experiências dessas mulheres vulnerabilizadas que se ocupam do cuidado, mas que também dependem diretamente dele.

3. ACENDENDO A LUZ DO QUARTO

“Que ele entre nos quartos e percorra os corredores. Que visite as varandas e veja a paisagem de alguma janela. Que fique realmente à vontade e possa sentar-se numa boa e confortável poltrona” (DA MATTA, 1997: 17)

Seguindo a metáfora de Da Matta (1997), nesse terceiro e último capítulo, vamos adentrar ao espaço mais íntimo de uma casa, que é o quarto. O quarto é lugar de recolhimento, mas também de intimidade e até mesmo de segredos, é ali que poucos são convidados a entrar. Depois de vislumbrar a fachada, entrar pela porta, passar pela sala e cozinha, agora finalmente eu pude ser considerada familiar o suficiente para tocar dimensões mais profundas do âmbito das relações internas desta casa. Assim, como membro da equipe pude me aproximar não apenas das crianças acolhidas, mas de mulheres abandonadas, negligenciadas e descuidadas. Para olhar a realidade dessas mulheres, escolhi um ponto de partida um tema muito presente nesse contexto, que é a maternidade.

No final da década de 1960 até meados de 1980, a maternidade foi posta em pauta. Nesse período grandes mudanças estavam em andamento, dentre elas vale destacar a inserção da mulher no mercado de trabalho e a descoberta da pílula anticoncepcional. Tais mudanças provocaram uma verdadeira revolução sobre o que se compreendia como o lugar da mulher na sociedade moderna. Tais transformações sócio-históricas contribuíram para a desnaturalização do significado de ser mulher e de ser mãe.

Para Scavone (2001), Simone de Beauvoir, tem um papel fundamental neste movimento, afinal foi ela que disse a emblemática frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (1967, v.2, p.09). Essa formulação por mais simples que pareça abre as portas de um novo universo a ser explorado, agora pode-se falar sobre “escolhas” que são feitas e como elas afetam e determinam o que se compreende por feminino. Neste sentido posso perguntar, quais são as escolhas possíveis para uma mulher no contexto da sociedade contemporânea?

Nesse cenário a maternidade nunca pareceu ser um tema de reflexão, afinal a mulher “nasceu” para ser mãe, esposa, dona do lar, submissa e cuidadora. E quando nós escolhemos a vida profissional isso não pode ser feito em detrimento do nosso lugar “natural”, ou seja, uma mulher pode trabalhar, desde de que “dê conta” de todo os lugares aos quais fomos designadas a ocupar.

Quando eu escolhi a maternidade eu nunca quis fazer isso em detrimento da minha saúde mental e do meu desenvolvimento pessoal, porém a realidade se impôs de uma outra maneira. O contexto da gestação, parto e puerpério foi extremamente desgastante e exaustivo, porém esses sentimentos dificilmente encontravam ressonância ou interlocutores. O que eu mais ouvi nesse período quando tentava me queixar era: “mas o seu marido te ajuda”; “mas seu marido trabalha”; “nossa, seu marido troca o neném? Você tem sorte”. Todas as questões da maternidade giraram em torno da figura marido e do seu papel nesse processo, não houve nenhum momento em que pude falar das minhas inseguranças ou dos meus projetos profissionais sem que houvesse um processo de responsabilização. É como se uma vez sendo mãe todo o resto sai de cena.

Não por acaso autoras como Rosamaria Carneiro (2001) e Simone G. Diniz (2000) abordam a naturalização da relação entre o feminino e a maternidade. Quando se fala de escolhas possíveis para nós mulheres parece que há uma nebulosidade em torno do que é possível e do que não é possível escolher. Quando uma mulher decide não ter filhos, mesmo isso sendo uma opção possível, a decisão sempre vem acompanhada de polêmicas. A primeira delas é o modo como esse controle natal acontece, quase a totalidade das estratégias de controle natal passam pelo controle do corpo feminino. Esse cenário torna-se extremamente opressivo para a mulher, considerando que o homem não precisa lidar com quase nenhuma dessas questões.

Considerando esse contexto, quando nós mulheres anunciamos que pretendemos retomar o controle do nosso corpo, estabelecendo limites ou optando pela não maternidade, isso torna-se, ainda no século XXI, fator gerador de polêmicas. Pois, o papel constituído socialmente para a mulher, instituiu (e continua instituindo) como função “natural” a maternagem, o afeto e o cuidado, sendo o homem a figura provedora. Isso justificaria uma certa compreensão que torna inimaginável o “abandono” materno e naturaliza o abandono paterno. É possível visualizar esse cenário nos atendimentos que eu, como atuante na instituição, realizava. Eram atendidas, em sua maioria, mulheres, mães e avós, quase nunca pais, tios ou avôs. E também é possível perceber uma postura mais exigente e de culpabilização das mulheres por parte dos sujeitos da rede de acolhimento, pois uma mulher que não pode ou “não quis” fazer o controle químico dos seus hormônios, não se submeteu a uma mutilação pelas técnicas de esterilização, então, tem que arcar com as consequências de sua escolha.

Uma cena que retorna ao discorrer sobre esse tema é um caso que acompanhei de uma jovem mulher, parda, em torno 18 a 19 anos, que havia parido uma criança, tendo que assumir sozinha seus cuidados. Porém, ela não conseguiu lidar com as demandas que surgiam, e acabou sendo denunciada por negligência e a criança acolhida na instituição. Um dos fatores que justificaram o acolhimento da criança era o de que ela não acordava durante a noite para amamentar seu filho, que acabou perdendo peso. Diante disso, não era raro ouvir frases do tipo “você foi negligente e não exerceu cuidado ao seu filho”. O que chama à atenção é que o pai da criança não foi responsabilizado em nenhum momento, como se a tarefa do cuidado fosse uma exclusividade moral da mulher. As indignações se intensificaram quando ao ser perguntada se queria reaver a guarda do filho, ela não teve dúvidas ao entregá-lo aos cuidados da avó, que desejava criar a criança. Esse evento corrobora a tese naturalizante da maternidade que sobrecarrega a mulher de um fardo moral e social. Além de recorrer a ideia discutida por Diniz (2000), de que mãe boa é aquela que sofre no processo da maternidade.

Outro caso que gerou falas de julgamento foi o de uma mulher, também parda, por volta de seus 29 anos, que ao parir a criança optou por entregá-la à adoção. É importante contextualizar que essa decisão se deu pelo fato de essa mulher criar sozinha duas filhas, vivia em condições de pobreza e “de favor” na casa de terceiros. Na ocasião, se relacionou com um homem que ao saber da gestação não deu o suporte necessário a ela. Ao parir a criança, a mulher optou por entregá-lo para adoção, pois acreditava que seria o melhor para ambos. Quando eu e a profissional de enfermagem fomos ao hospital receber a criança para que os trâmites de adoção prosseguissem, tivemos contato com a equipe de saúde do hospital, que logo relatou com expressão de desdém “ela não quis amamentar a criança e falou que está decidida que quer encaminhá-lo para adoção” (SIC).

A expressão das/os profissionais de saúde indicava uma reprovação acerca da decisão da mãe de dispor o recém-nascido à adoção e colocava em dúvida a índole dessa mulher, como se sua escolha fosse algo abominável. Após o acolhimento da criança a mulher buscou a instituição de acolhimento para alertar que o genitor estava “envolvido com coisas erradas” (SIC), a fim de impedir que ele reclamasse a guarda do bebê, pois queria que a criança fosse para um lar seguro. Diante deste ato, pude ouvir comentários dos sujeitos da entidade de acolhimento, como “o que ela está fazendo aqui? Já se arrependeu?” (Beatriz), “Ah! Agora está preocupada?” (Joana).

Motta (2001), se ocupa de uma pesquisa sobre quem são as mulheres que entregam seus filhos para adoção, a qual classe social pertencem, os motivos que levaram elas a tomar essa decisão, quais são suas histórias, se essas já passaram pela experiência de abandono ou da adoção. A autora buscou compreender essas questões, pois, verificou que essas mulheres são pouco estudadas, ao invés disso as pesquisas normalmente se direcionam aos adotantes e a criança adotada.

Nesse sentido, se faz pertinente neste trabalho entender a dinâmica em torno do processo de adoção, na perspectiva das mulheres que entregam as crianças que geraram, quais são seus reais motivos para fazerem tais escolhas, como elas ficam após a entrega dessas crianças. Afinal, se por um lado a Instituição acolhe crianças em situação de vulnerabilidade social, por outro, a partir das histórias que acessei ao longo do trabalho de campo, é possível afirmar que há a produção de outros sujeitos vulneráveis nessa rede de acolhimento: as mães e as cuidadoras. Não por acaso, a pesquisa de Motta (2001) aponta os fatores sociais/econômicos como a principal causa (mais relatada) que fazem mulheres escolherem esse caminho, todavia, outro fator que influencia essa mulher a tomar essa decisão são os julgamentos sociais, sejam elas advindas de pressões do próprio contexto ou de profissionais, que acabam por fazê-las desacreditarem de suas condições. Logo se culpa a mãe, fazendo-a exclusivamente responsável, sem considerar as dificuldades pelas quais já passaram e passam, se desejaram ser mães, ou se estão vulnerabilizadas por falta de apoio social e estrutural, ou por terem sido abandonadas ou violentadas. Também, costuma-se não considerar o contexto sociocultural em que podem estar inseridas.

Pesquisas apontam que as mulheres que entregam os filhos para adoção, sempre são marcadas por uma sombra que as atormenta, seja um luto inacabado, ou pelo arrependimento e a culpa dessa escolha. Quando ocorre o processo de separação dessas mulheres com as crianças que geraram, não é realizada nenhuma estratégia de atenção à mulher, nenhum apoio emocional, sendo deixadas a mercê do que pode vir a acontecer com elas. Isso produz problemas de ordens diversas, como por exemplo éticas, institucionais e socioculturais (MOTTA, 2001).

Então, uma constatação importante que é feita sobre essas mulheres e suas crianças é que o cuidado precisa ser direcionado a ambas, e não apenas à criança. Portanto, uma questão emerge como fundamental: uma criança “abandonada” e vulnerabilizada não seria o efeito de um sistema social que também abandona e vulnerabiliza as mães/cuidadoras? Não é raro encontrarmos situações nas quais as mulheres que

disponibilizaram as crianças que geraram para adoção, desistirem do processo e tentarem uma reversão da situação. Em qualquer sentido isso é desgastante e se caracteriza como um marcador importante tanto para a mulher quanto para a criança. Assim como autores da psicologia e psicanálise apontam a necessidade de uma boa relação e vinculação afetiva entre mãe e filho para que essa criança consiga ter um desenvolvimento adequado, é certo afirmar então que o não cuidado com a mãe, acarretara também prejuízos a essa criança. Então, um ciclo de vulnerabilizações acaba se instaurando na vida dos envolvidos.

Outra situação que merece destaque é que muitas vezes essas entregas para adoção não acontecem imediatamente no pós-parto, seja pelo motivo de que essas mulheres se sentem pressionadas pela cultura patriarcal e machista de que ela deve ser mãe e dar conta, por medo de julgamentos sociais, ou pelo mito do amor materno (BADINTER, 1980). Então, ao se imporem, por forças externas, condições de vida insustentáveis, na tentativa de manterem as crianças consigo, acabam se produzindo situações de negligência e ou violências que exigem intervenção do Estado, sendo responsabilizadas sozinhas por isso. Essas crianças, que poderiam ter ido para adoção bem cedo, acabam indo mais tarde, fadadas ao acolhimento institucional, prolongando sua permanência nas instituições de acolhimento como podemos ver até aqui e com pesquisas realizadas (MOTTA, 2001).

Ainda segundo a mesma autora, crianças que passam por essas situações, são rotuladas desde pequena como abandonadas e rejeitadas, o que além de ser uma forma de preconceito, também se torna um estigma social com consequências significativas para o seu desenvolvimento integral, já que, segundo o senso-comum, a mãe “desistiu de criá-la”.

De acordo com Motta (2001), uma questão que se impõe é sobre o quanto os/as profissionais envolvidos no processo de recebimento da criança julgam moralmente as mulheres que optaram em entregar a criança para a adoção. Esses julgamentos muitas vezes acontecem de forma velada, em alguns conselhos, comentários e opiniões que atuam culpabilizando essas mulheres. A autora menciona ainda que há alguns anos, mulheres solteiras que criavam seus filhos, eram vistas como se estivessem passando por castigo pela sua situação de ser solteira, hoje o modo de olhar para essa mulher mudou apenas na sua forma, pois o conteúdo continua o mesmo, ou seja, a mãe continua acusada de irresponsável pelo fato de gerar um filho sem condições de criá-lo.

Essa compreensão me remete a algumas vezes em que presenciei, no campo, situações de preconceito e julgamentos ou até mesmo em relatórios técnicos. Tal situação se materializa nos momentos em que uma mãe busca a instituição, onde seu filho/a está

acolhido/a, em busca de reaver sua tutela. Neste momento é comum se perceber comentários e “conselhos” de que as condições dela não são favoráveis, ou de que é melhor a criança ficar com alguém que de mais condições, sejam elas materiais ou emocionais.

Diante disso, não é raro essas mulheres se sentirem inseguras consigo mesmas e responsáveis pelos dramas experimentados. Essas estratégias as incentivam ao “abandono”. Relatórios judiciais também apresentam esses aspectos, quando expressam compreensões do tipo “genitora não reúne condições de reaver a guarda de seu filho” (sic), “Genitora não demonstra vínculo com a criança” (sic), “em determinado período de aproximação com o filho, essa genitora não apresentou mudanças significativas” (sic), entre outros comentários que responsabilizam exclusivamente a mulher, a tomando como a única que tem que prover todas as condições necessárias para a manutenção da vida dessa criança, e se caso não consiga não merece ter seu/sua filho/a. Vale notar que muitas vezes tais condições são extremamente idealizadas e descontextualizadas das reais condições de vida dessas mulheres. Então, seja entregando a criança para adoção, seja tentando mantê-la junto a si, as mulheres se deparam com uma forte demanda social e cultural que acaba as culpabilizando e as vulnerabilizando. E isso é naturalizado em ditos populares do tipo: “ser mãe é padecer no paraíso”, como se o padecer não fosse produzido, e o paraíso não fosse algo idealizado.

Diante desse cenário de opressão, podemos admitir que as mudanças trazidas pelo feminismo, foram necessárias para provocar desconstruções sobre a maternidade e o feminino, situando a mulher na posse de seu próprio corpo e, assim, podendo decidir sobre qual lugar ela deseja ocupar, inclusive sobre a possibilidade ou não da maternidade. Ainda que socialmente falando se faz necessário muita luta para garantir esse direito (CARNEIRO, 2001; DINIZ, 2000).

A maternidade quando é uma opção da mulher, não significa que a mesma é a única responsável por ela, mas também o/a companheiro/a, a família e o Estado. Diniz (2000), entende que a sociedade tem um papel de responsabilidade importante, pois ela que irá receber esse sujeito no mundo, como um cidadão que goza de direitos e deveres. Portanto, a autora compreende que a criança em seu desenvolvimento de vida desde a barriga de sua mãe, está em desenvolvimento constante e tem seus direitos inseparáveis dos da mulher. Diante disso, pensar nos direitos de ambos é necessário, desde a assistência pública acessível e gratuita que garanta saúde desde o período gravídico-puerperal até licença maternidade, e acesso a creches e escolas públicas.

Assim, se a maternidade é uma escolha, pensar a maternidade também significa romper com um determinismo biológico da associação de ser mulher com a maternidade. Romper com esse sinônimo é primordial, para a construção de um novo olhar para o feminino e a maternidade (CARNEIRO, 2001; DINIZ, 2000).

Discorrer sobre esse fenômeno é fundamental para situar o que vem a seguir. No âmbito de uma instituição de acolhimento, de acordo com as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009), é necessário a presença de uma cuidadora residente que costuma ser chamada, como já situei aqui, de “mãe social”. Essa expressão guarda uma profunda relação com o que pontuei anteriormente, ou seja, espera-se da “mãe social” uma atitude de dedicação exclusiva e abnegação, que passa inclusive pela negligência do próprio corpo em prol do “cuidado” com as crianças acolhidas. É o que tratarei a seguir.

3.1 “MÃES” (DES)CUIDADAS

O momento que me propiciou um encontro de maior intimidade e diálogo foi a capacitação que ministrei para três cuidadoras: Lucia, Carla e Julia. Além da de uma auxiliar de cuidadora, que nomearei aqui de Veronica. Sem haver ninguém que pudesse ministrar a capacitação, pois a instituição não possuía verba para tal e o órgão público não dispunha de técnicos que pudessem assumir isso, me disponibilizei a fazê-la. Então me dediquei a estudar o Projeto Político Pedagógico da Instituição. Este projeto estava sendo revisto em conjunto por todos os sujeitos que atuavam ali, reformulando-o no que era possível. Isso me ajudou a traçar alguns temas que percebi como necessários para discutir e dialogar com as cuidadoras, pois elas indicaram a necessidade de obter mais conhecimento sobre eles.

Os temas delimitados foram: a) o que é um serviço de acolhimento e o papel da cuidadora residente e auxiliar de cuidadora, respaldado pelo Art. 92 do ECA; b) a ética na preservação do sigilo de informações das crianças acolhidas; c) o estabelecimento de vínculo e seus cuidados; d) acolhendo, respeitando e entendendo a diversidade cultural presente no contexto de acolhimento; e) estratégias de atendimento a crianças vítimas de abuso sexual; f) comunicação não violenta e g) trabalho em equipe, promovendo diálogo e empatia nas relações, para finalizar o ciclo de capacitação.

Todos os temas propostos foram apresentados por slide dinâmico e organizei as cadeiras para formar um círculo, com distanciamento – de acordo com os protocolos sanitários -, assim podíamos visualizar uma a outra e trocar experiências. Ao iniciarmos o

primeiro encontro, estavam na sala além das cuidadoras residentes e auxiliares de cuidadoras, a equipe técnica da entidade, composto como já disse aqui, por mim, a assistente social e outra psicóloga. Em todos os demais encontros, apenas eu estive representando a equipe técnica.

Primeiro comecei com apresentação de cada uma que compunha aquela sala, e pedi para que se apresentasse e falasse um pouco sobre si. Ambas falaram a idade o nome e quanto tempo estavam ali. Após essa breve apresentação dei início aos *slides*, que primeiro explicava o intuito dessa capacitação e a importância de trocarmos experiências e diálogos. Segui apresentando um pouco a história da entidade de acolhimento e por que ela se fazia necessária, detalhando um pouco com exemplos de como funciona o fluxo de acolhimento. Até esse momento a sala permanecia em silêncio, e eu nervosa por estar falando pela primeira vez com uma equipe. Busquei incluí-las nas falas, mas senti que ainda estavam receosas e o vínculo ainda estava frágil.

Após apresentar um pouco sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma das cuidadoras disse ter ouvido falar, e as demais não sabiam o que era. Finalizei aquele encontro, falando um pouco sobre como as Orientações Técnicas de Serviço de Acolhimento regulamentam o papel de uma cuidadora residente e uma auxiliar de cuidadora, nesse momento pedi para que elas falassem um pouco do papel que ocupavam ali. As cuidadoras se manifestaram dizendo:

Ah! A gente faz mais que isso né, cuida das crianças, se preocupa por que afinal elas são diferentes e chegam aqui desconfiadas e a gente tem que aos poucos ir conversando até elas conseguirem se sentirem mais confortáveis, não é fácil. (Julia)

A gente não para um minuto, até de madrugada temos que cuidar, levantar levar no banheiro, acudir um choro. (Lucia)

Verdade! No começo achei que não ia dar conta, mas agora estou me acostumando. (Carla)

Finalizamos aquele encontro e eu percebi que não fazia ideia de como era estar no lugar delas, apenas podia fazer uma mera descrição do que estava nas leis sobre a função de uma cuidadora de entidade de acolhimento, o que era muito pobre em relação às experiências daquelas mulheres.

No segundo encontro, que foi realizado na semana seguinte, falamos sobre A ética na preservação do sigilo de informações das crianças acolhidas, tema esse que apareceu como necessário, pois ouvia diversas vezes a exposição da história das crianças pelos

corredores da instituição. Mesmo sabendo que não havia intenção de expor essa criança, mas do espanto das histórias de vida que ali se faziam presentes.

Me detive, em um primeiro momento, a explicar alguns termos básicos, mas necessários para dialogarmos, como o que significa ética, moral, e qual a importância do sigilo de informações com a criança e sua família. Nesse momento, perguntei a elas o que entendiam por ética, umas das participantes respondeu:

Eu entendo ser muito importante, por que eu aprendi na faculdade a necessidade de ter a ética profissional com meus pacientes, e na prática sei que é complicado por que nem todos respeitam as pessoas.

Eu mesma já ouvi muita coisa aqui sobre as crianças, não acho certo, né?

(Veronica).

Com a fala de Veronica, as demais se manifestaram:

A gente ouve tanta coisa que essas crianças chegam contando da vida delas, que nos assusta. (Carla).

Uma coisa que não sabia era que não podia postar fotos delas nas redes sociais, agora que sei vou ficar mais atenta. (Julia)

Na semana seguinte preparei discussões sobre o tema o estabelecimento de vínculo e seus cuidados. Comecei falando sobre a importância do afeto e do vínculo como necessários para o desenvolvimento da criança. Trouxe questões básicas da psicologia para explicar a questão, apontei também que a criança ali vinha de uma família, que ela tinha um nome, uma história, portanto um vínculo anterior. E para ilustrar isso uma das participantes menciona.

Algumas delas, as mais pequenas, chegam aqui e nos chamam de mãe, eu explico que não sou a mãe dela e que ela tem uma, mas as vezes não adianta ela continua me chamando de mãe. (Julia)

Nesse momento não sabia o que dizer, apenas ouvi e acolhi o que elas estavam trazendo, afinal a experiência delas valia mais do que qualquer teoria que eu pudesse apresentar. Ali percebi que aquelas cuidadoras tinham, cada uma a sua maneira, modos de produzir e manter um vínculo necessário ao cuidado daquelas crianças, que ia para além do que era preconizado como requisitos para função. Um exemplo disso, se apresentou quando uma das participantes relata:

A parte do dia que as crianças mais gostam, é quando vamos para meu quarto sentamos na cama, e conversamos sobre várias coisas. As meninas gostam de usar meus cremes. É nesse momento que elas

me contam bastante coisas de suas histórias, seus medos e sonhos. Dou bastante conselhos para elas, como se fossem meus filhos.
(Lucia)

No quarto encontro, trouxe o tema acolhendo, respeitando e entendendo a diversidade cultural presente no contexto de acolhimento. Iniciei a conversa falando um pouco o que era cultura, de forma mais acessível para elas, logo depois perguntei qual cultura elas acham que viviam ou vivenciaram. Nesse momento elas falaram bastante de suas histórias de vida, a maioria com descendência paraguaia, outras com fragmentos de uma cultura italiana, o que permitiu mais entrosamento na conversa, pois relembrou suas histórias. Todavia quando comecei apontando qual era o contexto sociocultural em que vivíamos, a história do povo indígena Guarani e Kaiowá, que marcava a maioria das crianças acolhidas naquele período, e a importância de entender a sua trajetória naquela região, os costumes, crenças e formas de vida que vivenciam, foi então que a tensão tomou conta, pois muitas não entendiam aspectos desta trajetória e acabavam por reduzir a história indígena em uma compreensão etnocêntrica. Isso me colocou em um lugar bastante desconfortável, pois ao mesmo tempo que eu queria aproveitar o momento para problematizar o preconceito, também sentia que não encontrava as palavras corretas para isso, e um misto de sentimento de impotência e frustração tomaram conta de mim no final daquele encontro.

No quinto encontro, abordei sobre estratégias de atendimento às crianças vítimas de abuso sexual, outro assunto que trouxe tensão ao campo, pois ainda é um tema tabu. Trouxe um pouco teoricamente de como identificar comportamentos e aspectos físicos de uma criança que sofreu violência, como agir nesses momentos, e o que não fazer. O ponto que mais causou comoção foi quando expliquei a elas que uma violência sexual não está restrita ao abuso físico ou a penetração, podendo também ser psicológica ou moral. Nesse momento elas questionaram e uma das cuidadoras mencionou:

As crianças contam cada coisa cabeluda para gente, eu passei para você essa semana já sobre um caso. (Lucia)

Após esse encontro percebi que as cuidadoras me relatavam no particular mais casos de violência sexual que as crianças contaram a elas. O que me auxiliou, em conjunto com outros/as profissionais da instituição, na busca por encaminhamentos.

No sexto encontro, falamos sobre comunicação não violenta. Apresentei um pouco sobre o desenvolvimento infantil, respeitando as diversidades de cada criança e contexto em que ela vivia. Além de falar um pouco da metodologia da comunicação não

violenta atrelado com as experiências das crianças, que essas cuidadoras vivenciavam. Em uma das conversas, uma delas relata:

Essa criança não me obedece, bate nas outras. Ela deve ter algum problema. (Lucia)

A outra cuidadora logo acrescenta:

Ah isso daí não funciona, não. (Carla)

O sétimo e último encontro, abordei o tema “Trabalho em equipe, promovendo dialogo e empatia nas relações”. Nesse período o nosso vínculo já estava mais fortalecido. Percebi que estavam mais à vontade para expressarem suas opiniões, queixas e histórias de suas vidas. Portanto, nesse encontro, quis deixar as coisas um pouco mais fluidas, não preparei slides, apenas uma dinâmica em grupo, e arrumei uma mesa onde continha, café e um bolo além de uma lembrança para cada uma como forma de agradecimento por esses momentos que compartilhamos.

Para dar início, perguntei como foi para cada uma delas esses encontros da capacitação. Disseram que foi importante e necessário, que deveria ter sempre com temas diversos que auxiliam elas a lidarem com as dificuldades de serem cuidadoras.

Ao longo da capacitação sempre estava presente algumas queixas sobre o trabalho desempenhados, e eles voltaram a aparecer:

A gente fica muito fechada aqui, não temos contato com o mundo lá fora. Meu ponto de vista, muita coisa aqui tinha que ser diferente, se tivesse mais comunicação, mais amor próprio, solidariedade e cumplicidade seria diferente. (Lucia)

O salário é muito pouco para o trabalho que a gente faz. (Julia)

Com uma folga na semana não consigo nem ver minha família e resolver minhas coisas lá fora. (Carla)

Além de perceber que o trabalho acaba por ser exaustivo, essas cuidadoras lidam com diferentes situações todos os dias, levando às inseguranças, além de carregar a responsabilidade de cuidar de crianças tuteladas pelo Estado. Ao produzirem cuidado com relação às crianças acolhidas, em alguma medida, sem se darem conta, também são constituídas por uma condição de precariedade essencial (BUTLER, 2015).

Para finalizar essa capacitação, propus a elas uma atividade em que pudessem desenhar em uma folha juntas e posteriormente falar sobre o desenho e o que emergiu nessa criação, com a finalidade de poder dar abertura para falarem e deixarem emergir sentimentos e afetações. Foi então que ao finalizarem o desenho, despertei com uma fala sobre como os lugares que escolhemos estar nos afetam, nos produzem e de alguma forma nos

identificamos com ele, momento que cada uma trouxe suas trajetórias, o motivo de estarem ali - o que gerou bastante emoção - , pois, cada uma precisava daquele lugar, precisava ser acolhida, estavam em sofrimento pois haviam passado por violência doméstica, um fenômeno que já havia aparecido na fala de outras duas mães sociais que passaram pela instituição, que também foram vítimas desse tipo de violência.



Imagem IV – Desenho produzido na oficina com as cuidadoras. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

*Eu descobri que meu marido, com quem convivo e desejo me separar, estava mandando me matar...
... aqui foi um lugar que pude me afastar dele me proteger.
Eu sei que estou aqui, porque Deus sabia que eu precisava vir para cá.*
(Lucia)

Ouvindo esse relato, agradeço a ela por compartilhar com a gente. Em seguida a cuidadora Julia, ao se afetar com a fala da colega, relata:

Eu sai da minha cidade, por que vivia um casamento onde ele me batia e não aguentava mais, vim para cá e achei essa oportunidade de trabalhar e morar aqui. (Julia)

Nesse momento percebo que a conversa estava indo em direção a violência e desamparos vividos por essas mulheres. Carla relata:

Eu me emociono ouvindo vocês, por que minha filha a pouco tempo sofreu agressão pelo seu noivo, e eu nunca queria que ela tivesse passado por isso. (Carla)

Todas ali já estavam afetadas pelas histórias que se faziam presentes. Veronica relata:

Eu vivi em um casamento adoecido, graças a Deus me separei e vivo e sustento meus filhos, é difícil, mas eu faço tudo por eles. (Veronica)

Ao final desse processo ficou evidente que a violência é um fenômeno multifacetado que marca muitas histórias, e que em muitos casos está sustentado nas assimetrias de gênero. Ao final da capacitação muitas mulheres puderam perceber ecos de suas trajetórias nos relatos das crianças que elas cuidam e a dominação masculina que as estrutura (WELZER-LANG, 2001). Assim, pude perceber que ao oferecer algum tipo de cuidado, elas também identificam em si a necessidade de serem cuidadas, ainda que seja por atitude de escuta, como a que tentei disponibilizar neste período. Aqui a noção de cuidado aparece como algo precário, que não é dado previamente. Se historicamente o cuidado tem sido significado como “uma coisa de mulher” (BADINTER, 1980), tanto a política que regulamenta a instituição, quanto as histórias, narrativas e relações no interior da mesma, dão conta de que se trata de uma categoria polissêmica, ética e política. Essas vozes e trajetórias problematizam, portanto, a noção simplista de mulheres como naturalmente “cuidadoras” ao mesmo tempo que evidenciam o quanto suas vidas (assim como a das crianças que cuidam) são profundamente descuidadas pelo Estado, pela sociedade em geral e pelas instituições, em particular. Diante disso, a produção de uma compreensão sobre esse “descuido” precisa ser refletida, é o que farei a seguir.

3.2 QUEM É RESPOSÁVEL POR ESSE SOFRIMENTO?

Vianna e Lowenkron (2017), estabelecem uma importante relação e discussão entre Estado e gênero, sendo que o Estado aparece como uma instância reguladora e de certa forma subjetivadora que atravessa as questões de gênero, uma vez que cabe ao Estado a tarefa de estabelecer políticas públicas, subsídios e distribuição material. Assim sendo, gênero como categoria organizadora da vida social, acaba sendo relativizado e relegado a um segundo plano, como dimensão menos importante. O que significa dizer que quando a

questão de gênero não é situada, as políticas simplesmente reproduzem uma estratégia de naturalização e, muitas vezes, da submissão de um gênero sobre o outro. Isso não poderia ser mais equivocado, pois, gênero e Estado não são categorias hierárquicas. As autoras, a partir de interlocuções com outros autores da área, entendem que não seja uma posição em que um venha antes ou posterior do outro, mas sim uma correlação horizontal e heterogênea, entre eles.

Contudo, por mais que teoricamente haja essa horizontalidade, historicamente o Estado se apropriou de dimensões estritamente masculinas, criando uma distorção nas relações de gênero. A década de 1980, foi marcadamente importante para essa discussão, não que antes o gênero não tenha sido tema de reflexões e lutas, mas nesse período as pesquisas foram reorientadas para descrever uma reprodução de relações de poder, que identificaram a submissão do feminino pelo masculino, caracterizadas na estrutura geral do Estado (VIANNA, LOWENKRON, 2017). Nesse sentido, o feminismo desempenhou papel fundamental para garantir a consideração e o lugar do feminino, descortinando as questões de gênero. Ainda assim, apesar das conquistas históricas, é preciso reconhecer os limites e impasses no interior do estado e de suas políticas no que tange às questões de gênero.

O que ilustra essa necessidade no contexto da minha pesquisa, é o fato de que praticamente a totalidade das funcionárias da instituição pesquisada, são mulheres, e a estrutura política e organizacional, responsável por todas as decisões administrativas e funcionais da instituição é composta por homens. São eles que, em última instância, decidem e atribuem papéis a serem desempenhados pelas mulheres. A partir do meu campo, pude compreender o quanto as mulheres e as crianças da instituição, ainda são colocadas em um lugar de submissão e objetificação, onde são sistematicamente expropriadas de suas subjetividades, histórias e narrativas.

Uma situação exemplar é o fato de que as mulheres que trabalham na instituição precisam estar o tempo todo disponível para as demandas que surgem na atenção com as crianças. Isso significa não ter horário, lazer e nem tempo para suas próprias necessidades. Então se uma criança que precisa ir ao médico ou participar de um passeio de lazer, essas mulheres precisam estar disponíveis, independente da hora. Com relação a isso, vejamos um relato:

Fico chateada com as algumas coisas que acontecem aqui. Por exemplo, eu tive que sair da minha casa deixar meus filhos sozinhos para atender as crianças nesse final de semana, mas quando

precisei sair para ir no médico fazer exames, por que não estou bem, recebo cara feia (Veronica).

E quando outras mulheres ali enfrentam a mesma necessidade de se ausentarem, falas como “ela não sai do médico” (sic), “ela não vai dar conta muito tempo daqui não” (sic), “ela pegou atestado de novo, desse jeito não dá” (sic) se apresentam corriqueiramente, demonstrando desprezo pelo que cada mulher-profissional passa na sua vida pessoal, criando uma compreensão de que a disponibilidade para cuidar significa ao mesmo tempo renunciar qualquer possibilidade de manifestação de necessidades e fragilidades.

Percebo nisso uma perfeita manifestação do que as autoras Vianna e Lowenkron (2017), apresentaram ao dizer que o Estado, como uma forma de representar valores e subjetivações de uma sociedade, expressa características patriarcais.

As mesmas autoras também mencionam os sujeitos envolvidos nessa sociedade também tem papel fundamental no desempenho de ações que com capacidade de impactar na vida pessoal. Pois, o Estado tem a função de desenvolver políticas públicas, mas cada ator social também desempenha uma função que retroalimenta as ações do Estado. Essa compreensão me fez refletir sobre como a sociedade, na qual a instituição está inserida, reflete um funcionamento cultural. Essa dinâmica se expressa rotineiramente quando sujeitos vão até instituição “ajudar” com roupas, calçados, brinquedos usados ou quebrados, ou até mesmo alimentos, inclusive vencidos. Essa atitude expressa uma consciência de caridade que nada mais é do que um apaziguar de consciências sem gerar comprometimento com nenhuma causa social. Trata-se do exercício do mínimo. O que se observa é que ações mais contínuas e estruturais – que realmente poderiam contribuir com a mudança das condições sociais – são escassas e/ou insuficientes (quando não, inexistentes). Isso pode ser explicitado nos vários “nãos”, que por vezes são proferidos de forma silenciosa e/ou omissa e que se revelam na falta de engajamento e ações concretas, indicando que ainda é mais fácil fazer uma caridade com o descartável ou simplesmente responsabilizar o Estado para agir, do que efetivamente assumir um lugar social de protagonismo e comprometimento.

A relação de Estado e gênero fica evidente nas etnografias de Vianna e Farias (2011), sobre “O Estado que mata nossos filhos”, onde se fala sobre mulheres, moradoras de periferias, que perderam seu direito de ser mãe, em uma trágica morte de seus filhos, causada por atores do Estado. Essas etnografias aludem a uma concepção de maternidade política. Aqui o cuidado ganha outros contornos. Trata-se da luta pelo reconhecimento e reparação por parte do estado. Tal dimensão de maternidade é visibilizada na experiência (e trajetória)

de mães que, ao perderem seus filhos, buscaram justiça por meio de manifestações coletivas e a participação nas audiências, junto de seus familiares e amigos.

A maternidade política dessas mães passa a representar um coletivo de mulheres que foram vulnerabilizadas por esse mesmo tipo de violência. Trata-se de uma maternidade que ganha outros contornos. Já não se trata de laços de consanguinidade, mas de vínculos que se constroem no reconhecimento de dores e lutos e lutas compartilhadas. Tais reflexões, me permitem pensar, à luz de meu próprio campo, o quanto as mães-cuidadoras e as mães biológicas, acabam por estabelecer uma relação de complementariedade política a partir de suas respectivas vulnerabilidades.

No caso da etnografia realizada por Vianna e Lowenkron (2017), os atos políticos realizados por essas mães e familiares de jovens mortos, mais do que estratégias de se fazer ouvir, emergem como modos de reivindicar que as vidas de seus filhos também são passíveis de luto (BUTLER, 2015). No caso da instituição onde realizei o trabalho de campo, o cuidado torna-se condição de questionamento das vulnerabilidades institucionais e sociais.

Na análise da etnografia das autoras se evidencia formas que marcam a relação do Estado com essas mães, nas quais se estabelece basicamente duas formas de violência: a primeira referente ao Estado como responsável pela morte de seus filhos, e a segunda pela não condenação dos responsáveis e/ou por não haver uma apuração dos fatos de forma legítima. Não por acaso Abrams (2006), compreende que o Estado não se materializa apenas em suas formas institucionais, administrativas ou de governamentalidade, mas em todas as entidades simbólicas que nele estão inseridas, como atores que decidem em concordar com essas estratégias de violências, seja no ato de não fazer nada ou até mesmo no julgamento moral da situação (VIANNA, FARIAS 2011).

Apesar disso, com o corpo na rua e na luta, no meu caso, com o corpo na instituição, mulheres-“mães”-cuidadoras, evidenciam que as vulnerabilidades estão longe se constituírem como um dado natural. Suas lutas, dores, desabafos, alianças, cuidado exercido, mesclam-se com as vidas precárias das crianças cuidadas. Nessa tessitura de vulnerabilidades, onde num primeiro momento parece prevalecer apenas zonas de abandono (BIEHL, 2008), a política do cuidado se institui como oposição e resistência aos sistemas expropriadores da voz dos e das experiências dos sujeitos institucionalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se iniciou cheia de incertezas e dificuldades que, em última análise, acabaram por evidenciar uma vulnerabilidade que (também) me afetava naquele momento. A partir dessa tomada de consciência o tema da vulnerabilidade ganhou uma centralidade nessa reflexão. Porém, com algumas mudanças de perspectiva, pois no início eu entendia esse tema como uma condição do indivíduo, passível de superação pelo esforço pessoal. Com as experiências que tive em campo, entendi que as “vulnerabilidades” que nos acometem são historicamente situadas e socialmente produzidas. Então, ninguém é vulnerável, mas sim, posto nessa condição por uma série de fatores mais um menos explícitos.

Dessa forma, me pareceu relevante compreender como a questão do acolhimento de crianças era significado pelos atores de uma instituição de acolhimento. A palavra acolhimento aqui, é bastante importante, pois ela se relaciona com uma dimensão do cuidado de vulneráveis, considerados naturalmente nesse lugar. Ao me aproximar das questões históricas sobre o acolhimento, foi exatamente isso que busquei questionar. Assim, políticas públicas que “cuidam” das crianças e dos adolescentes, mas que nada fazem para mudar as condições sociais e econômicas que atuam no processo de vulnerabilização, são produtoras de vulnerabilidade. Assim, os atores dessa política, representados pelos que atuam na instituição pesquisada, expressam exatamente isso, uma responsabilização dos sujeitos pelo seu estado de vulnerabilidade. Então, as crianças acolhidas, vítimas de violência, de negligências, de abandono, são compreendidas como resultado da ação de mães, no geral, representadas como omissas, irresponsáveis e negligentes.

Essa lógica, me inquietou e me levou a uma questão sobre a relação do feminino e do cuidado como sendo outro aspecto relevante desse debate. Afinal, não seria a criança em situação de vulnerabilidade apenas o resultado de uma mãe que em algum momento também teve sua condição existencial vulnerabilizada? Surpreendentemente, mesmo após anos de luta pela emancipação do feminino, me deparei com uma naturalização biologicista na relação feminino e maternidade. Há uma expectativa social de que toda mulher seja mãe, biologicamente ou simbolicamente. E, nesse lugar de maternidade, elas saibam cuidar, prover e conter as demandas e necessidades daqueles que “devem” ser cuidados por elas. Essa lógica, se insere numa dinâmica relacional que envolve o Estado e o Gênero, sendo que o Estado, por meios de suas políticas, ou como busquei explicitar ao longo da dissertação, pela falta delas, naturaliza esse lugar da maternidade na compreensão do feminino. Isso se

reproduz nas estratégias de controle natal, que passam pela dominação do corpo da mulher e na insistente correlação entre mulher e abandono presente nas instituições de acolhimento. Devemos lembrar que essa pesquisa indicou que quase a totalidade das pessoas responsabilizadas pelo cuidado das crianças são mulheres no papel de mães, tias, avós.

Então, nessa dinâmica, quis entender que cuidado era esse esperado dessas mulheres e encontrei uma sobrecarga imensa sobre o feminino expressa nas profissionais que atuam na instituição pesquisada. Todas foram, de alguma forma violentadas e negligenciadas, por seus parceiros, pelas instituições que não as protegeram ao longo da vida e pela instituição onde atuam que não as valoriza, mas explora e ignora nas suas necessidades perpetuando um ciclo de violências. Vulnerabilidades que aliançam outras vulnerabilidades?

Essa reflexão me fez perceber que se de um lado temos um Estado e um conjunto de políticas que não são capazes de “cuidar” do feminino, a condição de vulnerável e cuidadora de vulneráveis passa a ser agenciada como uma política de existir (e resistir). Isso nos permite retirar tanto as crianças e as mulheres da instituição de uma passividade ontológica. Ao contrário, o cuidado que encontrei em campo, fala de uma maternidade política (VIANNA, FARIAS, 2011; VIANNA, LOWENKRON, 2017) que impede que crianças e mulheres sejam objetificados.

Nesse sentido, entendo que ao falarmos de políticas de atenção às crianças e adolescentes, também deveria vir indissociável a questão de políticas para mulheres em toda a extensão que isso representa. Enquanto vivermos em uma sociedade que naturaliza as desigualdades de gênero, não respeita mulheres e crianças, as políticas públicas serão apenas um descargo de consciência de uma sociedade acostumada a mutilar vidas precárias (BUTLER, 2015).

Quero encerrar esse texto com uma imagem. Nela vemos uma menina indígena que “fotografa” o meu olhar. Não sei se ela me via ou eu a via, mas gosto de pensar seus olhos refratavam seu desejo de viver dias melhores. Dias em que sua infância seja respeitada, assim como de suas “mães” – sejam as biológicas, sejam as institucionais. Ao tomar a máquina para si, reivindica um mundo a partir de seus olhos, onde cuidado rima com

autonomia e reconhecimento. Que essa imagem nos ajude a esperar!



Imagem V – Criança indígena fotografando. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**. Trad. Henrique Burigo, 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

AUGÉ, M. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

AZIZE, R. L. **A química da qualidade de vida: um olhar antropológico sobre uso de medicamentos e saúde em classes médias urbanas brasileiras**. Dissertação de mestrado, Florianópolis, 2002.

BÁLSAMO, P. U. **Substituindo famílias? Continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946/2003**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social-UFRS. Porto Alegre, 2005.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BIEHL, J. “Antropologia do devir: psicofármacos -abandono social –desejo”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 51(2), p. 413-449, 2008.

BULHÕES, J. R. de S. R. **Construções Históricas de Crianças e Adolescentes: Marcos Legais no Brasil**. Faculdade Independente do Nordeste. CONFLUÊNCIAS, revista interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 20, n 1, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Outubro de 1988.

BRASIL. ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BOURDIEU, P. **A casa kabyle ou o mundo às avessas**. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), 8(8), 147-159, 1999.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

BRAND, A. J. **A criança Kaiowá e Guarani em contexto de rápidas mudanças – Uma abordagem histórica.** In: Adir Casaro (Org). Criança indígena: Diversidade cultural, educação e representações sociais. Brasília: Liber Livro, 2011.

BRITO, M. A. **Entre Cobras e Lagartixas: Crianças em instituições de acolhimento se construindo sujeitos na maquinaria da proteção integral.** Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas-UFSC. Florianópolis, 2014.

CASSANHA, H. A. L.; GARCIA, S. E. **De abrigo à casa de acolhimento: a visão dos funcionários.** UFMS, 2013.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes.** Unesco, 2004.

CARNEIRO, R. **Feminismos e Maternidades: (des)encontros e (re)significados** Subjetividades maternas e feministas em questão. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2001.

DA MATTA, R. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 (1985).

DALMOLIN, B. M.; LOPES, S. M. B.; VASCONCELLOS, M. P. C. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. **Saúde soc.** São Paulo, v. 11, n. 2, p. 19-34, Dec. 2002.

DE MAUSE, L. **Historia de la infancia.** Madri: Alianza Universidad: 1991.

DINIZ, S. G. **MATERNIDADE VOLUNTÁRIA, PRAZEROSA E SOCIALMENTE AMPARADA.** Breve história de uma luta. In: Coletiva Feminista, Sexualidade e Saúde. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2000.

DUARTE, H.; OLIVEIRA, E. A. **As representações sociais dos indígenas no jornal O Progresso, no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul.** TELLUS (UCDB), v. 20, p. 11-35, 2020.

FAVRET-SAADA, J. **“Ser afetado”**, de Jeanne Favret-Saada. (Tradução de Paula Siqueira, Revisão de Tania Stolze Lima), cadernos de campo n. 13, UFRG 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

FONSECA, C; CARDARELLO, A. D. L. **Direitos dos mais e menos humanos.** In: FONSECA, C.; SCHUCH, P. (Org.). Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FONSECA, C. **(Re)descobrimo a adoção no Brasil trinta anos depois do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Runa, vol. 40, núm. 2, pp. 17-38, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. (1979). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal. GAGNEBIN, J. M. Walter Benjamin: Os Cacos da História. N1 edições: São Paulo, 2018.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GONZÁLEZ, R. S. **A política de promoção aos direitos humanos no governo Lula**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 107-135, jul.-dez. 2010.

KHATTAR, P. M. **Narrativas sobre deserção e reinserção familiar de crianças e adolescentes que habitaram a rua e a instituição de acolhimento**. Dissertação de Mestrado Programa de Saúde Pública-USP. São Paulo, 2019.

LEVIN, E. **A infância em cena – Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARCILIO, M L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil**. IN: FREITAS, M. C. (org.) **História social da infância no Brasil**. 5ª Edição, Editora Cortez, São Paulo – SP, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME/ Secretaria Nacional de Assistência Social. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília – DF, 2006.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2001.

MÜLLER-GRANZOTTO, M. J.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Psicose e Sofrimento**. São Paulo: Summus, 2012.

NASCIMENTO, S. J. **Crianças indígenas kaiowá abrigadas e em Situação de reinserção familiar: uma análise em Torno da rede de proteção à criança e ao Adolescente**. Dissertação de Mestrado ppgant-UFGD, Dourados, 2013.

NASCIMENTO, S. J. **Controvérsias em torno do “melhor interesse da criança” indígena no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS), 2019. Dossiê Runa /40.2 novembro a abril (2019) doi: 10.34096 / rune.v40i2.627.

NASCIMENTO, T. C.; BRANCHER, R. V.; OLIVEIRA, F. V. **A Construção Social do Conceito de Infância: Uma Tentativa de Reconstrução Historiográfica**. LINHAS, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.04 – 2008.

NASCIMENTO, S. J. **Controvérsias em torno do “melhor interesse da criança” indígena no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS), 2019.

PAIVA, I. L.; MOREIRA, T. A. S.; LIMA, A. M. Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N.02, 2019, p. 1405-1429.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 20 n. 42, p. 377-391, jul/dez. 2014.

PATTO, S. H. Ciência e política na primeira república: origens da psicologia escolar. **Clio-Psyché** – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia. Mnemosine Vol. 1, n.0, p.203-225 (2004).

PEREIRA, L. M. No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: SILVA, A. L. S.; MACEDO, A. V. L. S.; NUNES, A. (Orgs.). **Crianças Indígenas: Ensaio Antropológico**. São Paulo: Global, 2002.

PEREIRA, L. M. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul**: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.

PRESTES, A. B. **Ao Abrigo da Família: Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

OLIVEIRA, R. C. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 (1996).

SEVALHO, G. **O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire**. Interface (Botucatu). 2018; 22(64):177-88.

SNIZEK, B. K. **Chegadas partidas: um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares**. Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Paraná, 2008.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, M. M. B. P.; CARDOSO, L. F. C. Do Abrigo de Menores ao Acolhimento Institucional: uma Trajetória de Normalização. **Mediações- Rev. De Ciências Sociais**, 2019.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. cadernos pagu (16) 2001: pp.137-150.

RIZZINI, I. (Org.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

VELHO, G. **Observando o Familiar**. In: VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Pp. 121-133.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos pagu**: v. 37, 2011.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos pagu**: Dossiê gênero e estado: formas de gestão, práticas e representações v. 51, 2017.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.